



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus de Ciências Socioeconômicas e
Humanas
Programa de Pós-Graduação “Território e
Expressões Culturais do Cerrado”



PEDRO ALMEIDA COSTA

**Turismo de Base Comunitária na Comunidade Kalunga do
Engenho II em Cavalcante/GO: Perspectivas e Possibilidades**

ANÁPOLIS

2024

PEDRO ALMEIDA COSTA

**Turismo de Base Comunitária na Comunidade Kalunga do
Engenho II em Cavalcante/GO: Perspectivas e Possibilidades**

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação TECCER, da
Universidade Estadual de Goiás,
como requisito parcial para obtenção
de título em Mestre em Ciências
Sociais e Humanidades, na área
interdisciplinar.

Orientadora: Profa. Dra. Joana D'Arc
Bardella Castro

ANÁPOLIS

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha mãe que, embora hoje não possa se expressar, certamente está muito feliz com a conclusão de um mestrado acadêmico do seu filho caçula.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha amada esposa, Thaís, pelos anos de companheirismo e pelas palavras de incentivo (além da paciência) em momentos difíceis.

À minha família que nunca duvidou da minha capacidade, embora eu mesmo tenha duvidado.

À minha querida orientadora, Professora Joana, agradeço as bem dadas broncas em momentos decisivos, aqueles em que pensamos em desistir e não temos forças para continuar.

À Jovanir Filho, um dos meus melhores amigos, que me ajudou durante a minha caminhada.

Ao programa TECCER e a todos os professores que acompanharam a minha trajetória acadêmica, aos amigos que fiz ao longo da caminhada, meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

“É uma história que a gente não pode deixar de contar, ela tem que permanecer. História doida, bem detalhada e aprofundada no nosso sentimento.” – Líder quilombola.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a potencialidade do turismo de base comunitária (TBC) na comunidade Kalunga do Engenho II, destacando sua localização estratégica próxima à cidade de Cavalcante, em Goiás, e suas características culturais distintas. Como objetivo geral do trabalho, a proposta é analisar quais são as perspectivas para o turismo de base comunitária na comunidade Kalunga de Engenho II, localizada em Cavalcante/GO. A pesquisa realizou-se por meio de análise bibliográfica e de trabalho de campo, com caráter qualitativo, descritivo e exploratório. A prática do TBC é contextualizada como uma atividade turística multidimensional, na qual os visitantes buscam recreação, descanso, cultura e saúde fora de seus locais de residência habitual. O TBC pode ter um papel como um catalisador do desenvolvimento socioeconômico em regiões com potencial natural, como o cerrado goiano, oferecendo oportunidades para o ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural. Sob a perspectiva do TBC, a comunidade é colocada no centro do planejamento, implementação e monitoramento das atividades turísticas, visando garantir benefícios equitativos e preservação ambiental. A importância de abordagens éticas e sustentáveis é enfatizada, especialmente em comunidades historicamente marginalizadas como a Kalunga, onde a preservação da identidade cultural é prioritária. Além disso, destaca-se a necessidade de se combater a fetichização racial e o racismo estrutural no turismo cultural, assegurando que as comunidades negras controlem suas próprias narrativas, ponto que pode ser alcançado através do afro empreendedorismo. O TBC visa, em síntese, à preservação da cultura e o combate às desigualdades étnico-raciais, ressaltando a importância do protagonismo comunitário e o respeito à autonomia cultural. O protagonismo da comunidade receptora é fundamental para a implementação dessa modalidade de turismo, garantindo a continuidade e valorização cultural. Após visitar a comunidade Kalunga do Engenho II e analisar as experiências compartilhadas pelos kalungueiros, fica evidente que a identidade quilombola é caracterizada por uma forte ligação com a terra, pela resiliência histórica e pelo orgulho de suas raízes culturais, destacando-se a resistência como uma característica marcante. O turismo emerge como uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social, contribuindo não apenas para a geração de renda, mas também para a preservação cultural, no entanto, é crucial que ele seja conduzido de forma participativa e respeitosa, levando em consideração as necessidades e aspirações da comunidade local.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Identidade Cultural; Desenvolvimento Local; Comunidade Kalunga do Engenho II.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze the potential of community-based tourism (CBT) in the Kalunga community of Engenho II, highlighting its strategic location near the city of Cavalcante, in Goiás, and its distinct cultural characteristics. The general objective of the study is to analyze the prospects for community-based tourism in the Kalunga community of Engenho II, located in Cavalcante/GO. The research was carried out through bibliographic analysis and fieldwork, with a qualitative, descriptive, and exploratory nature. The practice of CBT is contextualized as a multidimensional tourist activity, in which visitors seek recreation, rest, culture, and health outside their usual places of residence. CBT can play a role as a catalyst for socioeconomic development in regions with natural potential, such as the Brazilian savannah, offering opportunities for ecotourism, adventure tourism, and rural tourism. From the perspective of CBT, the community is placed at the center of planning, implementation, and monitoring of tourism activities, aiming to ensure equitable benefits and environmental preservation. The importance of ethical and sustainable approaches is emphasized, especially in historically marginalized communities like the Kalunga, where the preservation of cultural identity is prioritized. Furthermore, there is a need to combat racial fetishization and structural racism in cultural tourism, ensuring that black communities control their own narratives, a goal that can be achieved through Afro-entrepreneurship. In summary, CBT aims at cultural preservation and combating ethnic-racial inequalities, highlighting the importance of community leadership and respect for cultural autonomy. The involvement of the host community is fundamental for the successful implementation of this kind of tourism, ensuring cultural continuity and valorization. After visiting the Kalunga community of Engenho II and analyzing the experiences shared by the Kalunga people, it becomes evident that their quilombola identity is characterized by a strong connection to the land, historical resilience, and pride in their cultural roots, with resistance standing out as a prominent feature. Tourism emerges as an opportunity for economic and social development, contributing not only to income generation but also to cultural preservation. However, it is crucial that tourism be conducted in a participatory and respectful manner, considering the needs and aspirations of the local community.

Keywords: Community-Based Tourism; Cultural Identity; Local Development; Kalunga Community of Engenho II.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras	Título	Página
Figura 1	Unidades de conservação (UC) presentes no Bioma Cerrado, classificadas por grupo: proteção integral (PI) e uso sustentável (US).....	20
Figura 2	Mapa das Regiões de Turismo do Estado de Goiás.....	22
Figura 3	Mapa de Situação Das regiões Turísticas do Estado de Goiás.....	23
Figura 4	Mapa de localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.....	41
Figura 5	Mapa de localização do Sítio Histórico Kalunga.....	62
Figura 6	Pessoas Quilombolas no Brasil.....	63
Figura 7	Escola na Comunidade Kalunga do Engenho II.....	67
Figura 8	Igrejas Católica e Evangélica.....	67/68
Figura 9	Casas da Comunidade.....	68/69
Figura 10	Cozinha de um dos 7 restaurantes.....	70
Figura 11	Quintal Kalunga: Plantação de Mandioca.....	71
Figura 12	Quintal Kalunga.....	72
Figura 13	Quintal Kalunga.....	72
Figura 14	Baru e Baunilha do Cerrado.....	73
Figura 15	Centro de Atendimento ao Turismo – CAT.....	75
Figura 16	Centro de Atendimento ao Turismo – CAT.....	75
Figura 17	Lojinha que vende produtos Quilombola Kalunga.....	76
Figura 18	Sítio Eletrônico de Reserva dos Atrativos Kalunga.....	77
Figura 19	Parte da Trilha para a Cachoeira Santa Bárbara.....	78
Figura 20	Chapéu de Couro e Canela de Ema, respectivamente.....	79

Figura 21	Mirante próximo a Cachoeira Santa Bárbara, ao longo da trilha.....	80
Figura 22	Queda Santa Barbrinha.....	80
Figura 23	Cachoeira Santa Bárbara.....	82
Figura 24	Sítio Eletrônico Cachoeira de Santa Bárbara.....	83
Figura 25	Voucher Comprovando o Pagamento e Reserva.....	84
Figura 26	Local dos Festejos.....	85
Figura 27	Hospedagem dentro do quilombo.....	97

Gráficos	Título	Página
Gráfico 1	Incremento de Desmatamento – Cerrado.....	19
Gráfico 2	Principal interesse dos respondentes ao ir para Cavalcante/GO.....	28
Gráfico 3	Taxa de Homicídio (por 100 mil jovens).....	43

Quadros	Título	Página
Quadro 1	Cômputos de UCs Federais de proteção integral no Brasil por Bioma.....	20
Quadro 2	Municípios Goianos Mais Visitados, o Destaque e a Região a que pertencem em relação ao ICMS nas Atividades Características do Turismo.....	25
Quadro 3	Renda Mensal dos Respondentes que visitaram o Município de Cavalcante/GO.....	27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – TURISMO NO/DO CERRADO GOIANO	19
1.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: REFLEXÃO TEÓRICA	
NECESSÁRIA.....	32
1.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CERRADO GOIANO:	
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIFERENTES ATORES ENVOLVIDOS	39
1.3 TURISMO E AFRO EMPREENDEDORISMO	44
CAPÍTULO 2 – NEGRO, QUILOMBOLA OU KALUNGA – A HISTÓRIA	
BRASILEIRA AO AVESSE	54
2.1 DA ESCRAVIDÃO ÀS BANDEIRAS – BREVE HISTÓRICO	55
2.2 QUEM É QUILOMBOLA? O CHÃO DO POVOADO KALUNGA DO	
ENGENHO II	60
3. A COMUNIDADE HOJE – QUEM SÃO OS KALUNGAS DO ENGENHO II	68
3.1 O TURISMO PRATICADO NA COMUNIDADE DO ENGENHO II.	77
3.2 O QUE PENSAM OS KALUNGAS? PERSPECTIVAS E	
POSSIBILIDADES PARA O TURISMO	89
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS.....	104
APENDICE A	112

INTRODUÇÃO

A comunidade Kalunga do Engenho II é notadamente conhecida por ser uma comunidade aberta ao turismo. Uma das suas vantagens com relação a outras comunidades é que ela se encontra ao lado da cidade de Cavalcante/GO, possibilitando um fácil acesso às suas belezas naturais e culturais.

O povo Kalunga é marcado por uma forte identidade territorial, ao lutar pela demarcação de suas terras e pelo reconhecimento de suas identidades culturais. A comunidade atrai visitantes pela sua rusticidade e suas tradições.

O termo quilombo, primeiramente conhecido como mocambo ou *mukambu* – em idioma de várias partes da África Central – significava pau de fieira, tipo de suportes com forquilhas utilizados para erguer choupanas nos acampamentos. Genericamente, é uma palavra que reforça estereótipos culturais, sendo comumente representada como “habitação de negros fugidos”. Etimologicamente, no entanto, é uma palavra de origem dos povos de língua bantu (Munanga, 1995).

A palavra quilombo pode ter outros significados, como aponta Leite (2000). Pode significar acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa. É, sem dúvida, um local de abrigo para os escravos diante de uma sociedade escravocrata.

O quilombo representa uma organização etnocomunitária que, ao menos simbolicamente, apresentava-se como uma sociedade livre e emancipada, composta por escravos fugitivos, alforriados ou libertos, caracterizando-se por ser um tipo de organização territorial de origem africana que funcionou, portanto, como válvula de escape para diluir a violência da escravidão, significando uma busca por proteção, igualdade de condições, segurança, liberdade e acesso à terra, ao lutar contra a opressão e à exclusão perversa.

O turismo é um fenômeno social e econômico em expansão no mundo, em especial nas primeiras décadas do século XXI, podendo ser compreendido como uma atividade de múltiplas dimensões que envolve indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso,

cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual e, por conta desta ação, geram múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural, para o destino (Panazzolo, 2005).

É um cenário favorável de desenvolvimento socioeconômico de uma região, de acordo com seu potencial, tendo a capacidade de trazer desenvolvimento e satisfação às comunidades locais, por via de práticas sustentáveis que garantam o equilíbrio entre crescimento econômico, igualdade social e equilíbrio ecológico (Miranda; Netto, 2010).

É, de fato, uma atividade que impacta significativamente a geração de emprego e renda, levando diversos governos em escala global a investir em políticas públicas que aumentem a competitividade da atividade e promovam a sustentabilidade¹ dos destinos turísticos.

O Estado de Goiás tem como característica marcante as suas belezas naturais, reforçando o apelo do contato com a natureza. O bioma cerrado tem forte potencial para as modalidades de turismo ligadas à natureza, como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo rural, entre outras (Oliveira, 2010).

Nesse cenário de beleza cênica, algumas modalidades turísticas despontam como vertentes a serem exploradas no território, tais como o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo de base comunitária, tema do trabalho.

Esses ramos procuram atender a uma demanda específica de seu público, permitindo a integração e o contato com a natureza com a fuga das tensões dos centros urbanos (Miranda; Netto, 2010). Muitos do que buscam essas modalidades têm interesse em se conectar com a natureza, ampliando a sua vivência com o meio ambiente natural, buscando novas linguagens e novas referências na sua relação com o ambiente. Nesse caminho, a ética do turismo requer um maior compromisso com as comunidades anfitriãs e a preservação do

¹ Embora o autor se filie à corrente de pensamento que entende que a atividade turística, por si, não é sustentável se tratando de conceitos contraditórios.

meio ambiente, em uma lógica que entrelaça um mínimo impacto negativo ao máximo benefício concentrado no destino no qual se insere (Rudzewicz, 2006).

O ecoturismo, por exemplo, possui, em sua origem, uma preocupação com o manejo e gestão sustentável do ecossistema, levando-se em conta as dinâmicas sociais, ambientais e econômicas que ocorrem nos espaços. Sendo assim, o conceito de sustentabilidade dentro do ecoturismo vai para além do meio ambiente natural, apresentando preocupações com as comunidades locais (e tradicionais), a relação entre visitante e local visitado, a percepção ambiental dos turistas, entre outras (Rangel, 2020).

No turismo de base comunitária busca-se, para além de uma integração com o patrimônio natural, uma contribuição para o bem-estar daqueles que sobrevivem da modalidade como um manejo de oportunidades de trabalho e renda para as comunidades que vivem em seu entorno, tornando-se uma fonte de desenvolvimento social, especialmente entre os jovens (Costa, 2007).

A comunidade Kalunga já produz turismo em seu território. A pesquisa busca compreender as perspectivas e possibilidades para o turismo de base comunitária na comunidade, colocando os seus aspectos culturais e existenciais no centro do trabalho.

Vale ressaltar, entretanto, que como resultado do crescimento do turismo há, também, impactos negativos ligados especialmente a impactos ambientais e, para diminuir esse impacto, é necessário investimento em políticas públicas para conservação ambiental e para manutenção da qualidade de vida dos moradores do destino político, que, conseqüentemente, manterão a atividade turística viva (Silva-Junior, J.M.; et. al., 2021).

Nesse sentido, entende-se o turismo como uma atividade de grande potencial econômico, social, ambiental, político e cultural, podendo ser responsável pelo enriquecimento local, sendo trabalhado como um vetor de políticas públicas em diversas escalas, ao passo que pode trazer impactos negativos às regiões afetadas.

Não se pode desconsiderar, portanto, que diante de uma ótica neoliberal, o turismo represente um componente inseparável da lógica de acumulação capitalista e de todos os fatores inerentes à sua expansão, repercutindo em uma desigual distribuição de riquezas, contribuindo, inclusive, com a expansão de outros problemas relacionados e dele decorrentes, como a degradação ambiental, a segregação social e espacial, a especulação imobiliária e a desvalorização cultural, tema central do presente estudo (Moraes; Irving, 2020).

Ainda assim, o turismo emerge como uma importante fonte de riqueza econômica, podendo ser a porta de entrada de uma mudança estrutural de uma comunidade. Entretanto, essa atividade precisa ser ética, colocando a comunidade no centro da tomada de decisões, contribuindo para a construção de um projeto de interesse comum daquele povo. Nesse sentido, pode-se fazer o seguinte questionamento:

Quais são as perspectivas para o turismo de base comunitária – TBC na comunidade Kalunga do Engenho II?

Como objetivo geral do trabalho, a proposta é analisar quais são as perspectivas para o turismo de base comunitária na comunidade Kalunga do Engenho II, localizada em Cavalcante/GO. Em se tratando de objetivos específicos, para se alcançar o objetivo geral delimitou-se em apresentar o turismo no cerrado goiano, em especial conceituando algumas modalidades de turismo exercidas na comunidade estudada. Além disso, apresentou-se a população Kalunga do Engenho II, destacando a sua etnicidade e as suas tradições. Por fim, buscou-se investigar as perspectivas para o turismo de base comunitária na comunidade, analisando especialmente os aspectos étnicos e culturais com o fito de entender se a modalidade turística pode trazer benefícios a essa comunidade.

A pesquisa realizou-se por meio de análise bibliográfica e de trabalho de campo, com caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Foi elaborado material de entrevistas não padronizadas com pessoas da comunidade estudada, que se encontra anexado a este trabalho. Algumas entrevistas, com a permissão dos usuários, foram gravadas. Submeteu-se a pesquisa ao Comitê de Ética em

Pesquisa, nº 69156023.0.0000.8113, bem como ao Comitê de Ética da própria comunidade.

No tocante à pesquisa bibliográfica, utilizou-se da legislação vigente, livros, artigos acadêmicos, notícias, dissertações e teses de doutoramento, tanto de forma eletrônica quanto física, utilizando-se dos portais da Capes, Scielo, Google Acadêmico, Lens, Web of Science, SCOPUS e, inclusive, do portal de dissertações do programa TECCER.

A natureza do trabalho é exploratória, a qual, segundo Gil (2002), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, além de se possibilitar construir melhores hipóteses, visando aprimorar ideias.

Realizaram-se duas pesquisas de campo com o intuito de se entender melhor a cultura da região e de se realizar entrevistas com os moradores. Foram analisadas as moradias, fotos do local foram tiradas, realizaram-se entrevistas gravadas e fez-se a tabulação das respostas ao questionário, dando a oportunidade da população falar a respeito do turismo na região e da sua perspectiva sobre o turismo de base comunitária ou de base local – sendo expressões sinônimas.

Elaborou-se material fotográfico e cartográfico próprios. A principal referência utilizada no trabalho é a professora Maria Geralda de Almeida, cujas publicações são dedicadas à dinâmica cultural dos Kalungas do Engenho II e são uma rica fonte de conhecimento a ser utilizada.

No primeiro capítulo, apresentam-se dados sobre o turismo no Cerrado, além de se explorar os conceitos de turismo, turismo de base comunitária e afro empreendedorismo.

No segundo capítulo, destacou-se o histórico da escravidão no Brasil. Delimitamos a comunidade estudada e iniciamos a crítica a respeito da mercantilização da cultura negra.

No terceiro e último capítulo, refletiu-se a respeito do que pensam os Kalungas da comunidade do Engenho II sobre o tema, apresentando um olhar

de dentro para fora sobre o turismo na região, além de se apresentar perspectivas e possibilidades para o futuro do turismo na comunidade.

CAPÍTULO 1 – TURISMO NO CERRADO GOIANO

O Cerrado brasileiro é o segundo maior bioma da América Latina, estendendo-se principalmente na região central do país, sendo conhecido pela sua biodiversidade única, marcada por uma vegetação característica – que inclui árvores retorcidas, arbustos, gramíneas... Seu clima é sazonal, com duas estações bem definidas (uma seca e outra chuvosa). Possui, originalmente, uma extensão de 1.783.200 km², dos quais restam apenas 20% de sua área em estado original, sendo 6,2% desses de áreas preservadas (MMA, 2023).

O Cerrado ocupa 21% do território nacional. O clima sazonal é caracterizado por um período chuvoso, de outubro a março, seguido por um período seco, de abril a setembro. O solo não é propício ao plantio, possuindo concentrações elevadas de alumínio. Entretanto, a pobreza do solo não se constituiu em empecilho ou até mesmo obstáculo para a ocupação agrícola em grande escala, especialmente a soja, principal item de exportação do Brasil (Klink; Machado, 2005).

Possui enorme variedade de flora, sendo a mais diversificada savana tropical do mundo: plantas herbáceas, arbóreas, arbustivas e cipós somam mais de 7.000 espécies. No tocante à fauna, existem cerca de 200 mamíferos diferentes, concentrados especialmente nos fragmentos florestais. Os números de aves, peixes, répteis e anfíbios são elevados. Cerca de 837 espécies de aves, 1.200 espécies de peixes, 180 espécies de répteis e 150 espécies de anfíbios (Klink; Machado, 2005).

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE – os Estados com maiores resultados de desmatamento no Brasil nos últimos anos (ver gráfico 1) são Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Goiás e Mato Grosso. Os quatro primeiros citados formam a região conhecida como MATOPIBA, conhecida região agrícola do país que, nos últimos anos, tem sido a região de maior expansão agrícola desenfreada (INPE, 2023).

O processo de ocupação do cerrado ocorreu em função de diversos fatores, com o destaque para três: a mineração do século XVIII, a atividade agropastoril e os caminhos, os quais deram passagem no início e hoje dão sustentação à articulação do território (Melo; Vilela, 2015).

Cerca de 1 milhão de km² - ou seja – mais da metade do bioma original foi transformado em pastagens plantadas, culturas anuais ou outro tipo de uso. Tem-se que pelo menos 80% do bioma já foi desmatado ou transformado, de alguma forma, pela ação humana. As taxas anuais de desmatamento no Cerrado foram, por anos, as maiores do Brasil, superiores inclusive às taxas registradas na região Amazônica (Klink; Machado, 2005).

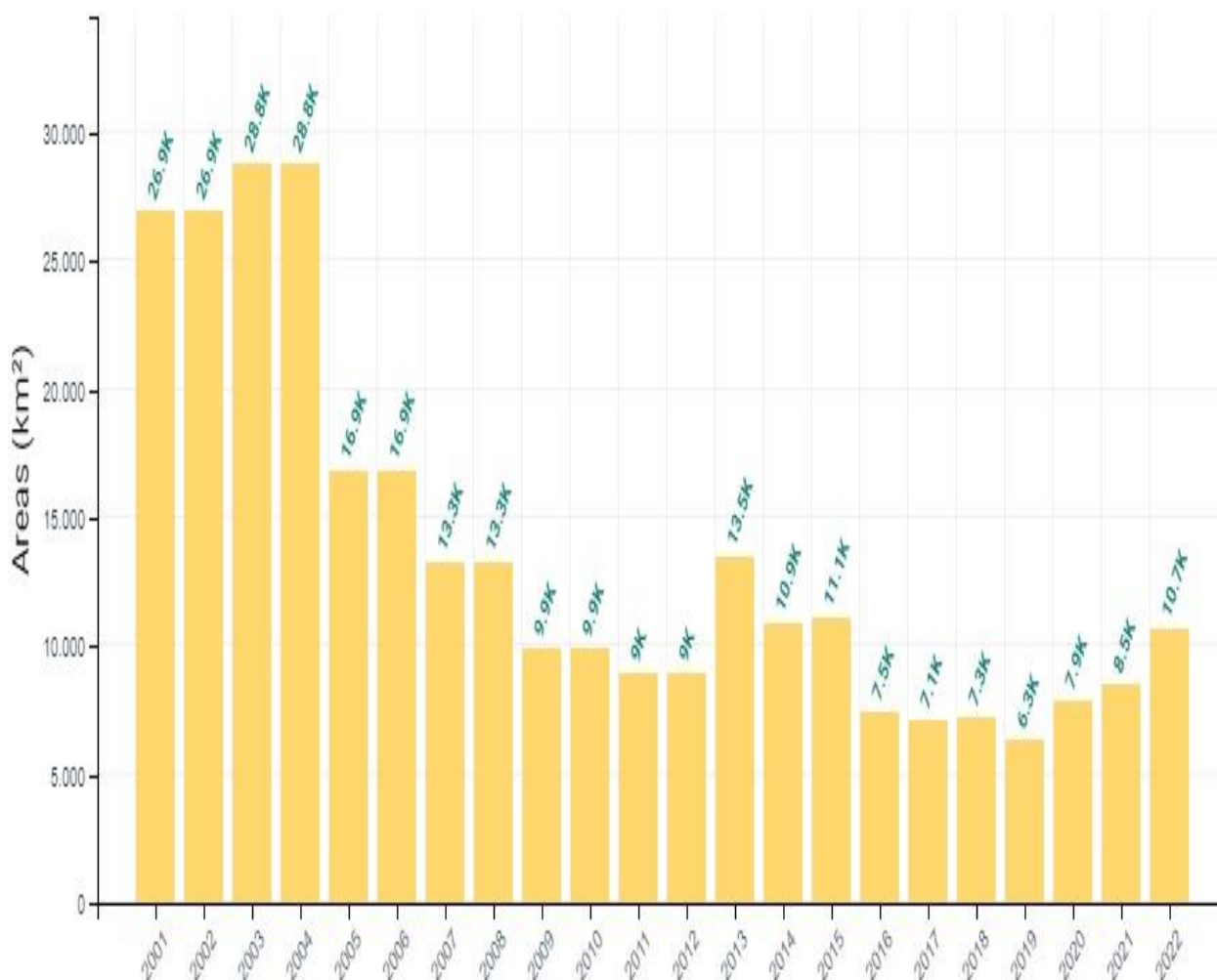
Há de se destacar que o bioma é um considerado um *hotspot*², tendo sofrido o maior nível de desmatamento nas últimas décadas no Brasil. Segundo Oliveira (2010), a maioria dos roteiros turísticos do Cerrado sofrem com a carência de infraestrutura e profissionalização, o que leva à desvalorização patrimonial, dificultando a sobrevivência da própria identidade do bioma enquanto chamariz turístico.

O gráfico 1 mostra a evolução do desmatamento na região, com médias de 10.000 km² ao ano de desmatamento.

As transformações ocorridas no Cerrado vieram acompanhadas de graves problemas ambientais com fragmentação de habitats, extinção de biodiversidade, invasão de espécies exóticas, degradação de ecossistemas, alterações nos regimes de queimadas, modificações climáticas, entre outros (Klink; Machado, 2005).

² Um "hotspot" é uma área que apresenta uma alta concentração de biodiversidade e que também está ameaçada por atividades humanas, como desmatamento, urbanização e agricultura intensiva.

Gráfico 1 – Incremento de Desmatamento – Cerrado, 2023.



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2023.

Verificou-se que o Cerrado vem sendo transformado em mercadoria, refletindo a lógica capitalista de se retirar o máximo de renda de potencialidades do ambiente, contribuindo com o crescimento do agronegócio nessas áreas, conflitando essa territorialidade fundiária com a resistência dos saberes e tradições dos sujeitos cerradenses (Melo; Vilela, 2015).

Para se preservar o bioma³, uma alternativa promissora se dá por meio da conversão de algumas áreas em Unidades de Conservação - UC. O Cerrado

³ Uma consideração importante: Há importantes autores como a Professora Divina Aparecida Leonel Lunas Lima os quais entendem que não há mais bioma cerrado a ser preservado, tendo

é o segundo bioma brasileiro em área e número de UC, 338 (Santos; Cherem, 2022). Entretanto, considerando o número de UC em relação à área total do bioma, estas correspondem a apenas 8,3% de sua área total, sendo 3% de proteção integral e 5,1% de uso sustentável (Santos; Cherem, 2022). O quadro 1 mostra o número de UCs Federais de proteção integral e a sua área protegida, por bioma.

Quadro 1 – Cômputos de UCs Federais no Brasil por Bioma, 2024.

Bioma	Quantidade de UCs	Total Área Proteção Integral (ha)
Amazônia	330	31.587.168
Caatinga	166	1.208.381
Cerrado	338	4.569.946
Mata Atlântica	1169	1.188.546
Pampa	26	68.866
Pantanal	24	147.773

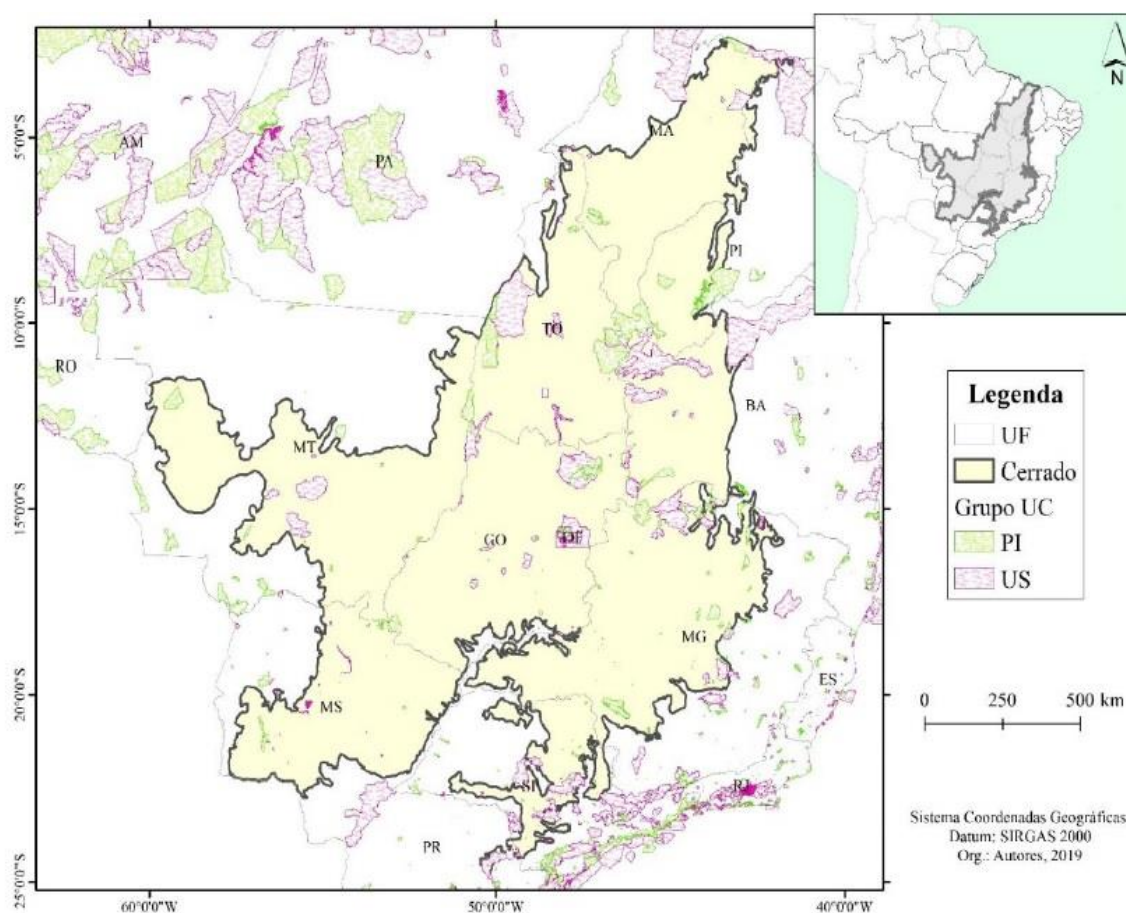
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CNUC/MMA (2016)

As duas primeiras UCs no Cerrado foram criadas em 1949 e 1950⁴. Observa-se uma tendência de criação de UC de uso sustentável, onde há uma manutenção do estado de propriedade privada, ou seja, demonstra-se um intuito de se equilibrar a conservação e proteção dos recursos naturais com seu uso pela população que detém os direitos de uso daquela terra. Áreas protegidas privadas vêm ganhando espaço no bioma. Entretanto, embora sejam expressivas em número (161), não o são em proporção de área, correspondendo a apenas 0,1% da área total do Cerrado (Santos; Cherem, 2022).

em vista que a devastação do bioma já ocorreu, não havendo mais nada do que se diz “originário”.

⁴ Horto Floresta de Silvânia-GO e a Horto Floresta de Paraopeba-SP.

Figura 1 - Unidades de conservação (UC) presentes no Bioma Cerrado, classificadas por grupo: proteção integral (PI) e uso sustentável (US).



Fonte: Santos; Cherem, 2022.

Goiás é um estado com uma gama de práticas turísticas praticadas em seu território.

O turismo no Cerrado apresenta problemas característicos aos roteiros turísticos, desde empecilhos simples como a distância entre a região e outros centros turísticos do Brasil - como a faixa litorânea - à carência em infraestrutura e profissionalização (Oliveira, 2010).

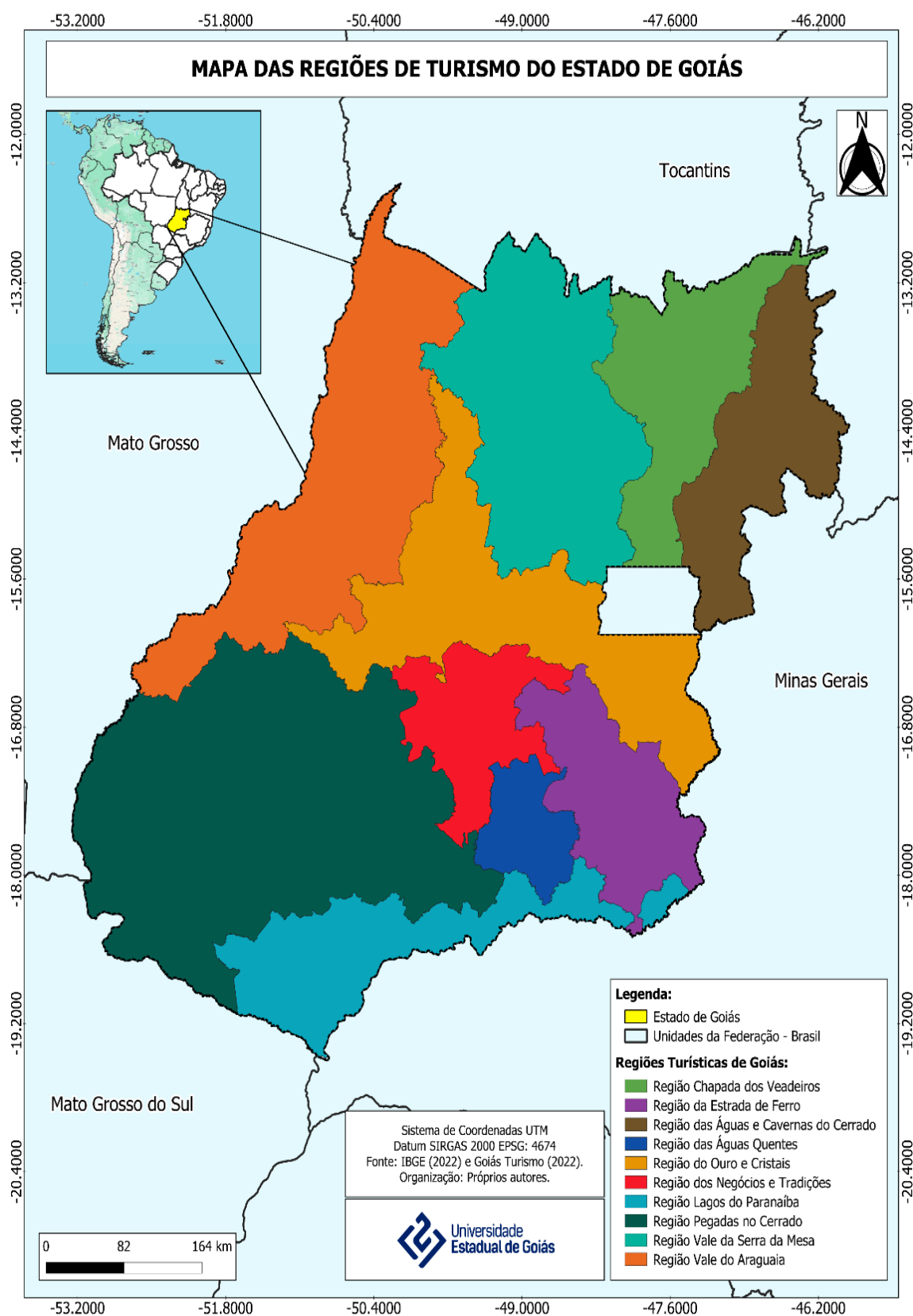
Segundo o 10º Boletim de Dados do Turismo em Goiás 2020, o Estado apresenta grandes belezas naturais e culturais em um território de mais de 340.000 km². Com o intuito de facilitar e administrar o turismo na região, a Goiás Turismo dividiu o estado em 10 regiões turísticas, de acordo com suas

características e potencialidades, assim dispostas: Região do Vale do Araguaia; Região do Ouro e Cristais; Região das Águas Quentes; Região da Estrada de ferro; Região Lagos do Paranaíba; Região Vale da Serra da Mesa; Região Pegadas no Cerrado; Região dos Negócios e Tradições; Região da Chapada dos Veadeiros; Região das Águas e Cavernas do Cerrado (GOIASTUR, 2020).

Essas regiões têm diferentes tipos de turismo como principais práticas, demonstrando o tamanho da amostra do Estado de Goiás no segmento, sendo um dos Estados com mais regiões distintas para a atividade no Brasil.

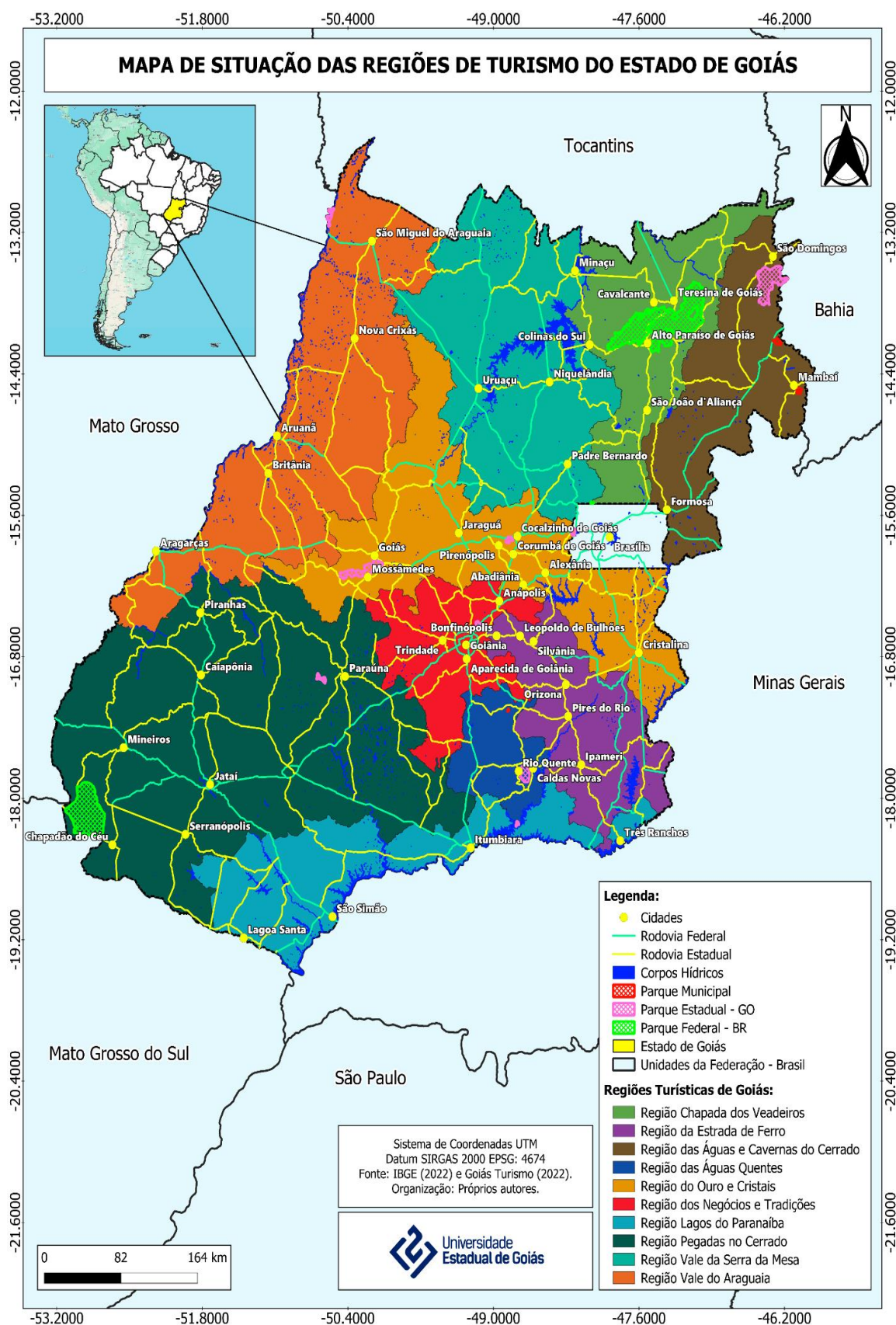
As figuras 2 e 3 apresentam mapas dessas regiões de turismo do Estado de Goiás, sendo a figura 2 uma figura de geolocalização das regiões acima citadas e a figura 3 mais completa, contendo outras informações como rodovias federais e estaduais, corpos hídricos, Parques Federais, Estaduais e Municipais.

Figura 2 - Mapa das Regiões de Turismo do Estado de Goiás, 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2022); Goiás Turismo (2022).

Figura 3 - Mapa da situação das regiões turísticas do estado de Goiás, 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE e Goiás Turismo, 2022.

Dados do Observatório do Turismo do Estado de Goiás, em 2020, apresentam os seguintes municípios goianos como os mais visitados do Estado: Goiânia, Rio Quente, Caldas Novas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Catalão e Itumbiara. A relação dos municípios foi feita por estimativa de arrecadação do ICMS nas atividades características do turismo, em 2019 – quadro 2.

Quadro 2 – Municípios Goianos Mais Visitados, o Destaque e a Região a que Pertencem em relação ao ICMS nas Atividades Características do Turismo, 2019.

Município	Destaque	Região
Goiânia	Gastronômico Tradicional	Região dos Negócios e Tradições
Rio Quente	Águas Termais	Região das Águas Quentes
Caldas Novas	Águas Termais	Região das Águas Quentes
Anápolis	Agroindustrial	Região dos Negócios e Tradições
Aparecida de Goiânia	Hoteleiro	Região dos Negócios e Tradições
Rio Verde	Agropecuário	Região Pegadas no Cerrado
Catalão	Histórico	Região da Estrada de Ferro
Itumbiara	Rios e Lagos	Região Lagos do Paranaíba

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Observatório do Turismo, 2019.

Goiânia é a capital do estado, situada na chamada Região dos Negócios e Tradições. A cidade é a mais populosa e a que contém a maior atividade econômica industrial e de serviços do estado. Conhecida nacionalmente pela oferta de serviços hospitalares, destaca-se também no turismo gastronômico tradicional (GOIASTUR, 2020).

Rio Quente e Caldas Novas são duas cidades localizadas na Região das Águas Quentes, sendo a menor região em termos territoriais do estado, porém é a de maior destaque no turismo de lazer em Goiás. Encontra-se nessa região a maior estância de água hidrotermal do mundo, possuindo uma grande infraestrutura de clubes e hotéis (GOIASTUR, 2020).

Anápolis é sede do Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA – além de abrigar um porto seco que escoar a produção de suas indústrias. Com uma população de mais de 390 mil habitantes, a cidade tem como principal atividade econômica o setor industrial (GOIASTUR, 2020).

Aparecida de Goiânia é uma cidade conurbada⁵ com a capital do Estado, sendo a segunda maior cidade do Estado, com população de mais de 590 mil habitantes. Também apresenta uma forte atividade hoteleira e de turismo gastronômico tradicional, beneficiando-se pela proximidade com a capital, Goiânia (GOIASTUR, 2020).

Rio Verde é um município goiano situado na Região Pegadas no Cerrado e se caracteriza pela produtividade agrícola. É a sede da *Tecnoshow*, uma das maiores feiras agro tecnológicas do país (GOIASTUR, 2020).

Catalão é o maior município da região chamada de Região da Estrada de Ferro, sendo uma região turística com características históricas em Goiás (GOIASTUR, 2020).

Itumbiara se destaca no estado por ser a maior cidade da Região, denominada Lagos do Paranaíba, localizada na região sul/sudeste do estado, com grande destaque turístico para o Rio Paranaíba e os lagos que o formam, potenciais na geração de energia hidroelétrica (GOIASTUR, 2020).

Em outro estudo do Observatório de Turismo do Estado de Goiás, em parceria com a Investe Turismo (2019), foram apresentados dados a respeito dos destinos turísticos inteligentes (DTI), cuja definição é de destino turístico⁶

⁵ Conceito da geografia, a conurbação ocorre quando duas ou mais cidades se encontram e formam um mesmo espaço geográfico.

⁶ Destino turístico é um conceito amplo dentro da literatura do turismo, podendo ser norteado por diferentes abordagens, tais como a econômica, geográfica, sociocultural, política, gerencial,

inovador, consolidado sobre uma infraestrutura tecnológica de vanguarda que garanta o desenvolvimento sustentável do território (Aenor; Segittur, 2012).

As cidades analisadas na pesquisa foram: Alto Paraíso, Cavalcante – ambas situadas na região turística da Chapada dos Veadeiros -, Cidade de Goiás e Pirenópolis – região turística dos ouros e cristais -, e Goiânia – região turística dos negócios e tradições.

Algumas respostas ao questionário aplicado pelo Observatório de Turismo no Estado de Goiás no ano de 2019 chamam a atenção. No quadro 3, separamos as respostas dos turistas com relação a sua renda mensal. O que podemos concluir é que o destino é explorado por pessoas com um poder aquisitivo maior, que ganham mais de 4 salários mínimos.

Quadro 3 – Renda mensal dos respondentes que visitaram o município de Cavalcante/go – 2019.

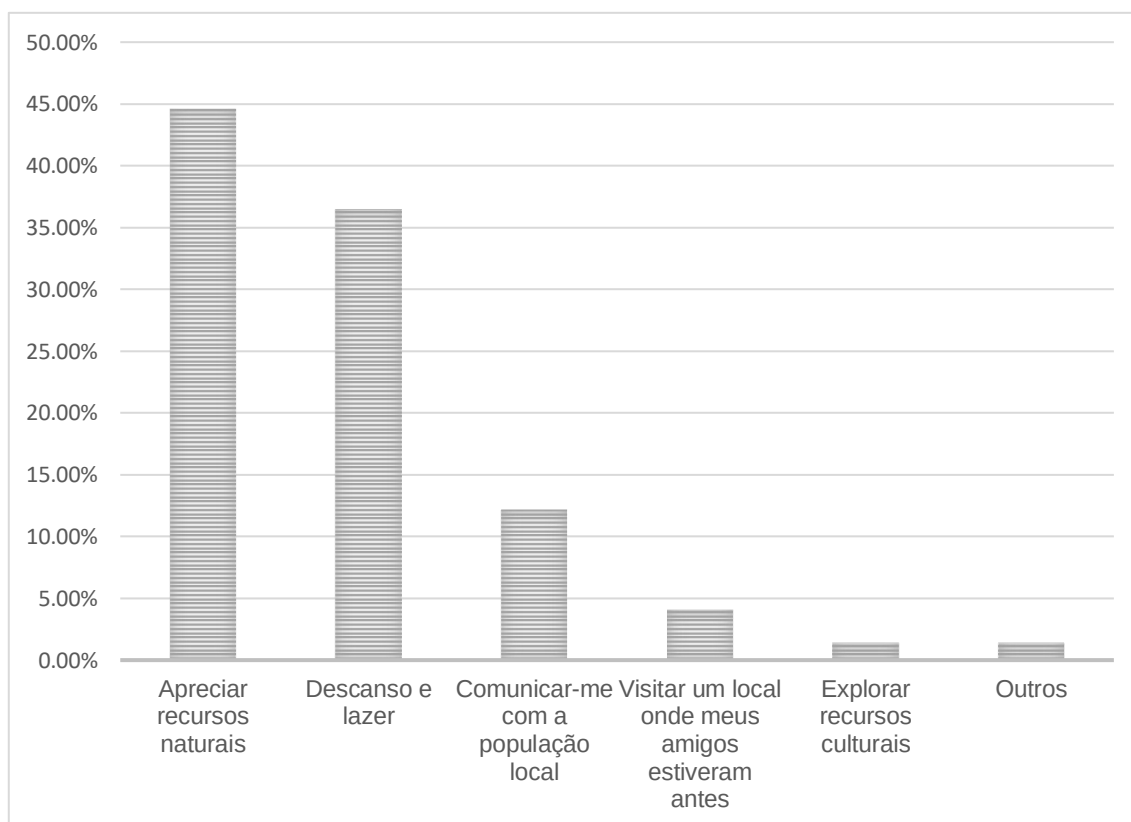
	respondentes	%
sem renda	0	0%
até 2 salários mínimos	8	10,8%
de 2 até 4 salários mínimos	9	10,8%
de 4 até 6 salários mínimos	11	12,2%
de 6 até 8 salários mínimos	5	14,9%
de 8 até 10 salários mínimos	9	6,8%
mais de 10 salários mínimos	21	28,4%
não responderam	11	14,9%
total	74	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Observatório do Turismo, 2019.

tecnológica, entre outras (ver: MAGNUS L. EMMENDOERFER et al. O que Define um Destino Turístico? Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i4p1064>>. Entretanto, a definição legal concedida pela EMBRATUR a respeito do conceito de destino turístico “é todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo” (EMBRATUR, 1992).

Outra resposta que chama a atenção na pesquisa realizada é sobre o interesse dos turistas em ir para Cavalcante/GO. A grande maioria dos respondentes afirmou que o interesse fica em apreciar recursos naturais, enquanto apenas 1 respondente falou sobre a importância histórica do local. Essa resposta é sintomática no contexto do presente trabalho que visa trazer uma visão crítica sobre como o turismo é explorado no município e na comunidade Kalunga do Engenho II. Os dados da pesquisa mostram que os visitantes não necessariamente procuram locais no cerrado goiano com exploração turística em modalidades ligadas à natureza, que é um dos potenciais turísticos do bioma – vide quadro 4. De fato, outras modalidades de turismo são praticadas no Estado.

Gráfico 2 – Principal interesse dos respondentes ao ir para Cavalcante/GO – 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Observatório do Turismo, 2019.

Quando o turista se interessa pelo chamado turismo no cerrado, ou seja, se dispõe a realizar um roteiro que promova as diversidades naturais do bioma, surge outro ponto a ser trabalhado. É que somente de forma eventual que os usuários do turismo consideram em sua prática inserir a dimensão cultural como algo igualmente importante na sua experiência. Essa preocupação em se promover o turismo como um fenômeno capaz de produzir relações mais responsáveis entre os turistas e os receptores tornou-se mais importante com o surgimento do chamado turismo sustentável, na década de 80 (Brasileiro e Pena, 2015).

O turismo no cerrado ainda apresenta um discurso, no contexto regional, que coloca essa atividade econômica como uma espécie de salvação para as mazelas enfrentadas, dada a real importância do setor na economia dos lugares, da região e dos destinos, sendo imprescindível, pois, a participação do setor público, desempenhando um papel de dinamização do turismo nessas regiões, consolidando infraestruturas e permitindo o crescimento e amadurecimento da região (Barbosa, 2022).

A atividade turística tem sido, de fato, um dos principais meios de se conseguir rentabilidade e visibilidade de determinado espaço. O cuidado que se precisa ter – e profundamente explorado no presente trabalho – é que o manejo apenas econômico dessa atividade pode culminar em uma forma de neocolonialismo de algumas regiões e povos explorados, além de um foco apenas na mercantilização da cultura dos povos negros, em especial quilombolas, foco desse trabalho.

O turismo como atividade oferece inúmeras oportunidades de exploração, não só de mão de obra, mas também de lugares, tradições e cultura, e qualquer processo produtivo capitalista passa por essa lógica de que o desenvolvimento desigual entre nações e regiões é a própria essência do capitalismo (Coroliano; Vasconcelos, 2013).

Dessa maneira, entende-se, conforme conclui Barbosa (2020), que as políticas públicas do turismo não devem se limitar ao aumento de número de visitantes com enfoque apenas no aspecto econômico da atividade, sendo o

êxito da política, na verdade, determinado pelo fomento ao desenvolvimento local, estritamente vinculado ao incremento da melhoria do desenvolvimento humano e da qualidade de vida da comunidade receptora.

1.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: REFLEXÃO TEÓRICA NECESSÁRIA

O turismo de base comunitária – TBC – pode ser classificado como “um modelo de planejamento e gestão do turismo em pequenas localidades, tendo o protagonismo das comunidades como base para a busca do desenvolvimento local” (Endlich; Teixeira, 2022, p. 6).

Conceitualmente, pode-se dizer também que o turismo de base comunitária (TBC), de acordo com Cavaco (2011, p. 152), está relacionado como uma alternativa ao turismo convencional, em resposta aos seus efeitos negativos. Senão vejamos:

(...) o turismo comunitário e o turismo solidário emergem como alternativas aos projetos de turismo convencional: questionam o mito do turismo como gerador de empregos e rendimentos e denunciam as políticas centradas da atração de investimentos que não privilegiam a participação e o desenvolvimento múltiplo das comunidades locais, não valorizam o turismo como instrumento de redução da pobreza e da inclusão social.

O ponto central do TBC, nessa perspectiva, é colocar a comunidade no centro do planejamento, da implementação e do monitoramento da atividade turística, podendo ser organizado por meio de experiências de ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo rural, entre outros segmentos que tenham como protagonista uma comunidade fechada (Endlich; Teixeira, 2022).

Partindo dessa conceituação, o TBC tem representado estratégias políticas de grupos organizados e de movimentos sociais visando garantir os territórios por eles ocupados tradicionalmente. Ao redor do mundo, nesse processo, o TBC vem sendo organizado por meio de coletivos, redes e alianças

locais, nacionais e entre países, especialmente latino-americanos (Moraes et. al. 2017).

Na América Latina o TBC possui uma organização por meio da Rede de Turismo Comunitário, REDTURS, criada em 2001, com o objetivo justamente de articular redes que vêm sendo construídas em diferentes escalas, com a finalidade de valorização da cultural local - iniciativa que vem influenciando outras práticas de turismo de base comunitária na região (Moraes et. al, 2017).

No Brasil o tema relacionado ao turismo ético, sustentável e local é associado a uma multiplicidade conceitual, sendo considerado um tema ainda em construção. Nesse contexto, o Ministério do Turismo privilegiou o protagonismo local como condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento, sendo o próprio modo de vida da comunidade receptora um atrativo, com o compromisso de geração de benefícios econômicos e intercâmbio cultural (Moraes; Irving, 2020).

O turismo de base comunitária, no contexto brasileiro, vem se afirmando, progressivamente, por meio de diálogos e ações coletivas, envolvendo movimentos sociais, universidades, instituições governamentais e, especialmente, lideranças comunitárias articuladas à defesa dos direitos dos povos e populações tradicionais, diretamente afetados pela atividade turística (Moraes; Irving, 2020).

Nas últimas décadas, pode-se afirmar que o turismo comunitário ou de base comunitária ganhou mais espaço nas discussões acadêmicas e nas próprias comunidades, rompendo com um processo histórico de exclusão, tendo como grande desafio a promoção dos modos de vida tradicionais, garantido que possa ser compreendido como um modelo em que o protagonismo seja atribuído à própria comunidade, promovendo, em melhor medida, uma mentalidade decolonial (Simonetti; Porto, 2020).

Essa modalidade turística tem, então, em sua definição conceitual, compromisso que acarreta uma transformação social da comunidade anfitriã, relacionado à ideia de responsabilidade agregada a questões de

sustentabilidade, promovendo, em tese, uma forma de equidade socioambiental (Cunha; Martins, 2020).

A princípio, trata-se de uma modalidade turística que visa, em seu ínterim, priorizar a geração de trabalho a residentes, dinamizando a economia local e garantindo a participação da comunidade por meio de um planejamento descentralizado e associativo. O importante na experiência do turismo de base comunitária é vislumbrar mais possibilidades de comunicação e inclusão das comunidades nas atividades turísticas e no desenvolvimento local (Coriolano; Vasconcelos, 2013).

Os atores do turismo possuem um papel preponderante no desenvolvimento de um senso ético e moral que vai além dos intentos dos turistas, devendo-se reforçar a participação da comunidade receptora caracterizado por um comportamento que favoreça o desenvolvimento sustentável. Nesse movimento, é importante garantir aos detentores dos modos de vida da comunidade que seu patrimônio material e imaterial – intangível – sirva aos propósitos de valorização da sua cultura e de seus conhecimentos tradicionais (Brasileiro; Pena, 2015).

O turismo é, de fato, um importante vetor de emprego e renda e a sua capacidade de movimentar grupos sociais deve ressaltar, sobretudo quando se trata de turismo de base comunitária, os seus impactos culturais e ambientais. No geral, nos concentramos em analisar as atividades dos turistas em determinados espaços e nem sempre analisamos o impacto dessas atividades e os benefícios (ou malefícios) que trazem àqueles que são visitados (Chaves, 2018).

O movimento turístico pode ser uma forma viável e impulsionadora de desenvolvimento para determinada região. Tem de se atentar, entretanto, que o desenvolvimento regional se fundamenta na premissa de especificidades locais partindo da ideia de que aquilo que é pensado para um local não será necessariamente pensado e aplicado em outro. Promover a região não significa isolá-la, mas sim defender políticas que a fortaleçam e a qualifiquem (Coriolano; Vasconcelos, 2013).

Portanto, o desenvolvimento regional passa por uma etapa de fomento de programas e projetos articulados com o fito de contemplar atividades econômicas, tais como agricultura, pesca, pecuária, artesanato e turismo, promovendo o crescimento e a participação de pessoas. Nesse tipo de perspectiva, constata-se um crescente nível de organização das comunidades em pequenos territórios, buscando soluções locais. Nesse diapasão, aproveita-se o potencial e a riqueza de cada região como uma forma de superar a crise capitalista, sobrepondo-se ao processo econômico de única via baseada na indústria e nos grandes núcleos urbanos (Coriolano; Vasconcelos, 2013).

O TBC, nesse contexto, busca um novo modelo de desenvolvimento pautado no desenvolvimento humano e social com indispensável protagonismo das comunidades no planejamento, gestão e execução da atividade turística, o que, se bem implementado, pode fortalecer os laços e promover trocas e experiências entre os praticantes da modalidade e a comunidade local (Endlich; Teixeira, 2022).

Os autores que estudam o TBC apontam algumas características essenciais a essa modalidade turística, prevalecendo, segundo a análise de Castro e Pinto (2013), quatro dimensões a serem abordadas, sendo elas: econômica, social, cultural e ambiental. Dentro da análise de cada dimensão, algumas palavras-chave são geralmente associadas a elas.

Entretanto, para fins didáticos, que nos levam a entender o motivo pelo qual as comunidades se dispõem a trabalhar o TBC e o turista em vivenciar tais experiências, apontamos os conceitos que mais aparecem nos trabalhos acadêmicos relacionados às dimensões acima apontadas. Quando se fala em dimensão ambiental, os conceitos mais usados são: minimização do impacto ambiental, manejo sustentável de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas. Ao se pensar na dimensão cultural, temos: reafirmação cultural, sentimento de pertencimento, valorização cultural, interculturalidade. Já na dimensão social, prevalecem os conceitos: protagonismo social, capital social, gestão participativa. Por fim, no que tange à dimensão econômica, tem-se:

autogestão, cooperativismo, benefícios coletivos, economia solidária (Endlich; Teixeira, 2022).

Apesar de vários pontos positivos que podem ser extraídos do TBC, algumas lacunas precisam ainda ser trabalhadas, que levam à situação de exploração e hipervulnerabilidade da comunidade local que recebe o TBC.

Dentre alguns dos problemas e das dificuldades que se apresentam tem-se um apoio tímido ainda do Estado em políticas públicas e infraestrutura, pouca ou nenhuma capacitação da comunidade para trabalhar com turismo, conflito de interesses entre a comunidade e agentes externos, especulação imobiliária entre outros.

É que o TBC se constitui como uma saída ao modelo predatório de exploração que tende a deixar os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. O TBC acaba sendo uma forma de resistência das comunidades locais às pressões que surgem em razão da crescente tendência sobre o uso dos patrimônios naturais e culturais, sendo aplicado de forma a mitigar situações de pobreza crônica, dada pelo sucateamento, esquecimento e marginalização a que essas comunidades são submetidas.

Nessa perspectiva, a presente dissertação aporta-se nos conhecimentos acerca do “Turismo de Base Local” e nas temáticas relacionadas ao seu escopo no Estado de Goiás, na medida em que se convergem olhares e experiências acadêmicas, reflexões teóricas e estudos de caso voltados para o Cerrado goiano. Nesse entremeio, faz-se necessário sublinhar que os principais eventos de turismo na perspectiva da base local no Brasil são:

O Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), que teve a primeira edição em 1997, sob a coordenação de Adyr Balastrieri Rodrigues, e foi realizado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); e o Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo, com o primeiro encontro em 2000, sob a coordenação de Giovanni Seabra, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (Santos; Vong; Fontana, 2018, p. 116).

Nesse contexto, vão aparecer no ENTBL e Turismo Sertanejo nomes de pesquisadores das universidades que estão nos territórios goiano e no Distrito Federal. Entre as referências está o capítulo de Almeida (2007), publicado na obra “Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional” de Giovanni Seabra (2007). Esse livro trouxe trabalhos que foram apresentados no X Encontro Nacional de Turismo de Base Local, realizado na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, no período de 5 a 9 de julho de 2007.

Almeida (2007, p. 164) sublinha que “o produto cultural merece ser visto como um bem cultural, em que devem ser valorizadas as funções que atendem a qualidade de vida de sua população local”. É muito difícil, senão impossível, pensar o TBC no Cerrado goiano, sem os trabalhos, as orientações e os olhares técnico-científicos de Maria Geralda de Almeida, investigadora que ganha posição de destaque quando a temática é o território Kalunga. Portanto, essa autora será referenciada em outros momentos desta dissertação.

Outro trabalho referente ao Cerrado goiano que merece destaque é o artigo de Santana e Santos (2016), abordando o “Lago de São Simão e o desenvolvimento do turismo rural: uma nova atividade econômica sustentada pelo trabalho familiar”, publicado na Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), editorial organizado a partir dos trabalhos apresentados no XIV ENTBL (2016), em Manaus, realizado pela Universidade Estadual de Manaus. Nessa pesquisa a atividade turística é colocada “[...] como uma alternativa econômica de base local (Santana; Santos, 2016, p. 669)”.

Dessa forma, é possível destacar ainda o VII ENTBL (Ilhéus, 2003) com os artigos “Leituras Preliminares sobre as Perspectivas Turísticas em Propriedades Rurais Próximas ao Lago da UHE de Serra da Mesa (Goiás) (ALMEIDA; SILVA; CERQUEIRA, 2003)” e “Sustentabilidade cultural e lugares turísticos (ALMEIDA, 2003)”. Em 2004, no VIII ENTBL a visibilidade foi para região norte goiana com o trabalho “A Relação do Uso do Solo e Potencial Turístico no Município de Colinas do Sul (GO) (Almeida; Borges, 2004)”.

De igual forma, o IX ENTBL de 2005 trouxe o artigo “Turismo Religioso: a festa de Nossa Senhora d’ Abadia em Niquelândia (Almeida; Cirqueira, 2005)”;

XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local (2010), em Niterói (RJ), apresentou o manuscrito “Políticas Públicas de Turismo no Estado de Goiás (Santos; Santos, 2010)” e o XIII ENTBL de Juiz de Fora (MG) destacou o artigo “Etnodesenvolvimento e Turismo nos Kalunga no nordeste de Goiás (Almeida, 2014)”.

Nesse contexto, tem-se o I Congresso Nacional de Turismo Comunitário e VI Simpósio de Turismo Sertanejo, realizado em João Pessoa (PB), em 2012, com destaque para os artigos “Experiências do Turismo Rural Comunitário em Comunidades Quilombolas Kalunga no Nordeste Goiano (Ferreira; Almeida; Ramos, 2012).

No IX Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo e III Congresso Nacional de Turismo Comunitário (2015), realizado na Universidade Federal do Maranhão em São Luís (MA), destaca-se o artigo “Engenho Urbano nos Sertões de Goiás: diversidade e potencialidade turística de base local (Silva; Santos, 2015)”. Portanto, diante dos trabalhos apresentados, é possível compreender que a temática “base local” está presente nas discussões científicas do Estado de Goiás, e os principais produtos apresentados são oriundos dos estudos da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

Entre outras produções fora do ENTBL e Turismo Sertanejo, cabe sublinhar Barbosa e Santos (2022, p. 86), dizendo que “com o desenvolvimento do turismo, os cafés se tornaram territórios importantes para a divulgação e manutenção da gastronomia e arte de base local [...]”. Esse manuscrito elege a literatura, a gastronomia e arte do destino goiano como recursos com potencialidades para consolidação do turismo de base local. Araújo Sobrinho, Alves e Vieira (2015, p. 41) observam que “Cavalcante possui objetos característicos de lugares turísticos, como operadoras de turismo e organização governamental, regidos por um Sistema Municipal de Turismo composto de política, conselho, secretaria e Fundo Municipal de Turismo”.

Silva e Santos (2016, p. 2), quando tratam do interior de Goiás, afirmam que “o artesanato, aqui também entendido como arte popular, traduz o saber fazer e o trabalho manual, pois nenhum trabalho desenvolvido pelas mãos de

sujeitos locais é igual, como ocorre nos processos industriais”. O artesanato desenvolvido nos diferentes lugares do bioma Cerrado é “um ramo da economia que pode apresentar as manifestações culturais e as tradições de cada povo, possibilitando o desenvolvimento do turismo de base local e concomitantemente gerando renda aos moradores artesãos” (Silva; Santos, 2016, p. 3).

Para Barbosa (2022, p. 281), na região do Cerrado “não existem planejamentos e projetos de longo prazo para o desenvolvimento da atividade turística, e sim um cenário que necessita ser repensado de maneira profissional, sobretudo a partir de suas potencialidades de base comunitária e diferentes lógicas turísticas associadas ao Cerrado”. Esse conjunto de reflexões, resultados de pesquisadores que trazem seus olhares para o Cerrado Goiano, apontam para a multiplicidade de questões que o debate contemporâneo a respeito do turismo de base local suscita, embora se considere que lacunas permanecem, mostrando que outros dialógicos sobre o TBC no Cerrado fazem-se necessários.

O turismo de base comunitária – nessa perspectiva específica – não é demasiadamente estudado no território Kalunga. Desta feita, o presente trabalho visa trazer uma contribuição no que diz respeito à temática específica do turismo na comunidade, apresentando além do conceito teórico as experiências dos Kalungas que vivem o lugar, o território estudado.

1.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CERRADO GOIANO: POLÍTICAS PÚBLICAS E DIFERENTES ATORES ENVOLVIDOS

Ao longo da história de desenvolvimento nacional, a participação pública por meio de políticas de desenvolvimento se faz necessária. O desenvolvimento agrícola e econômico do cerrado foi impulsionado por programas e incentivos governamentais que favoreceram a expansão da fronteira agrícola, uma vez que esta necessita não só de infraestrutura, mas de financiamentos e apoios públicos que dinamizem a atividade produtiva (Melo; Vilela, 2015).

A segunda metade da década de 1960 foi importante na propositura de uma efetiva política nacional de turismo. O Decreto-Lei nº 55 de 18 de novembro

de 1966 cria o Conselho Nacional de Turismo – CNTUR - e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR⁷. Em Goiás, as primeiras ações vinculadas ao turismo remontam-se ao governo de Leonino Caiado, que governou o Estado de Goiás entre 15 de março de 1971 até 15 de março de 1975, a partir do direcionamento da estrutura administrativa destinada a essa atividade econômica (Godinho; Oliveira, 2018).

O Estado de Goiás, nesse contexto de criação e destinação de políticas públicas voltadas para o turismo, teve sua imagem fortemente ligada ao turismo ecológico, fundamentada nos elementos do patrimônio natural, devido à excepcional variedade de recursos naturais que constituem o território goiano. No governo de Caiado (1971-1975) foi criado o Departamento de Turismo – DETUR, que em 1972 foi transformado em Goiás Turismo – GOIASTUR. Ao longo da década seguinte, em vistas de dinamizar o turismo no estado, foram criadas diversas parcerias com a iniciativa privada, estimulando a atividade no Estado. Cidades como Caldas Novas, Cidade de Goiás e Corumbá de Goiás foram prioritárias na exploração do turismo (Godinho; Oliveira, 2018).

Já nos anos 1990, especialmente nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), duas ações se destacaram e tiveram maior relevância para a consolidação do turismo em Goiás: o Projeto de Execução Descentralizada, que instituiu polos de ecoturismo; e a atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE) na promoção de diversas atividades ligadas ao turismo, tornando-se um dos órgãos mais importantes na chamada “turistificação” do espaço goiano (Godinho; Oliveira, 2018).

No tocante aos programas criados pelo governo federal e implementados pelo Ministério do Turismo, destacam-se: O Programa Nacional de Municipalização do Turismo⁸, entre os anos de 1994 e 2001 e o Programa

⁷ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-55-18-novembro-1966-371224-norma-pe.html>>. Acesso em 09 out. 2023.

⁸ O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) é um programa desenvolvido pela EMBRATUR que visa implementar um modelo descentralizado e participativo na gestão do turismo.

Nacional de Regionalização do Turismo⁹, criado em 2003 e editado em 2007. Os dois programas possuem o mesmo objetivo: melhorar a qualidade de vida das populações receptoras e dinamizar a economia do país (Brasil, 2007).

As políticas públicas em turismo são de fundamental importância para a efetivação dos programas criados em todas as escalas governamentais. São elas que fomentam a produção dos espaços turísticos, uma vez que regulamentam esse processo a partir de diretrizes, metas e objetivos, efetivando em ações concretas de transformação do território, unindo a iniciativa privada à atuação governamental.

O Ministério do Turismo adotou uma nova categorização dos municípios brasileiros a partir de variáveis de desempenho econômico: número de empregos, número de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, estimativas de fluxos de turistas domésticos e internacionais e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. Os 3.345 municípios presentes no Mapa do Turismo Brasileiro são agrupados em cinco categorias de “A” até “E”, sendo “A” aqueles que representam o maior fluxo turístico e o maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem, e “E” o de menor fluxo (Brasil, 2021).

O programa é regulado pela portaria 41 do Ministério do Turismo de 24 de novembro de 2021 e possui os seguintes objetivos:

Art. 3º São objetivos do Programa de Regionalização do Turismo:

I - mobilizar e articular os programas e ações no âmbito do Ministério do Turismo, de outros órgãos públicos e das agências de fomento nacionais e multilaterais, para a abordagem territorial e a gestão descentralizada do turismo;

II - estabelecer critérios e parâmetros para a categorização dos municípios, de modo a gerar indicadores de desempenho para a tomada de decisão técnica e política;

III - promover a integração e o fortalecimento das instâncias colegiadas nos estados, regiões e municípios;

⁹ O Programa Nacional de Regionalização do Turismo visa promover o turismo até mesmo em regiões que não são especificamente turísticas, pois podem prover mão-de-obra ou produtos destinados aos turistas permitindo um ganho para toda uma região.

IV - incentivar e apoiar a formulação e a gestão de planos turísticos estaduais, regionais e municipais, com o protagonismo da cadeia produtiva, adotando visão integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas;

V - prover os meios para qualificar os profissionais e serviços, bem como incrementar a produção associada nas regiões e municípios turísticos;

VI - fomentar o empreendedorismo nos estados, regiões e municípios turísticos;

VII - fomentar a captação e promoção de investimentos no âmbito dos estados, regiões e municípios turísticos, capacitando os gestores para estas finalidades;

VIII - identificar as necessidades de infraestrutura dos estados, regiões e municípios e articular sua priorização com áreas setoriais;

IX - apoiar a promoção e comercialização dos produtos turísticos;

X - transferir conhecimento técnico visando à eficiência e eficácia da gestão pública de turismo no País;

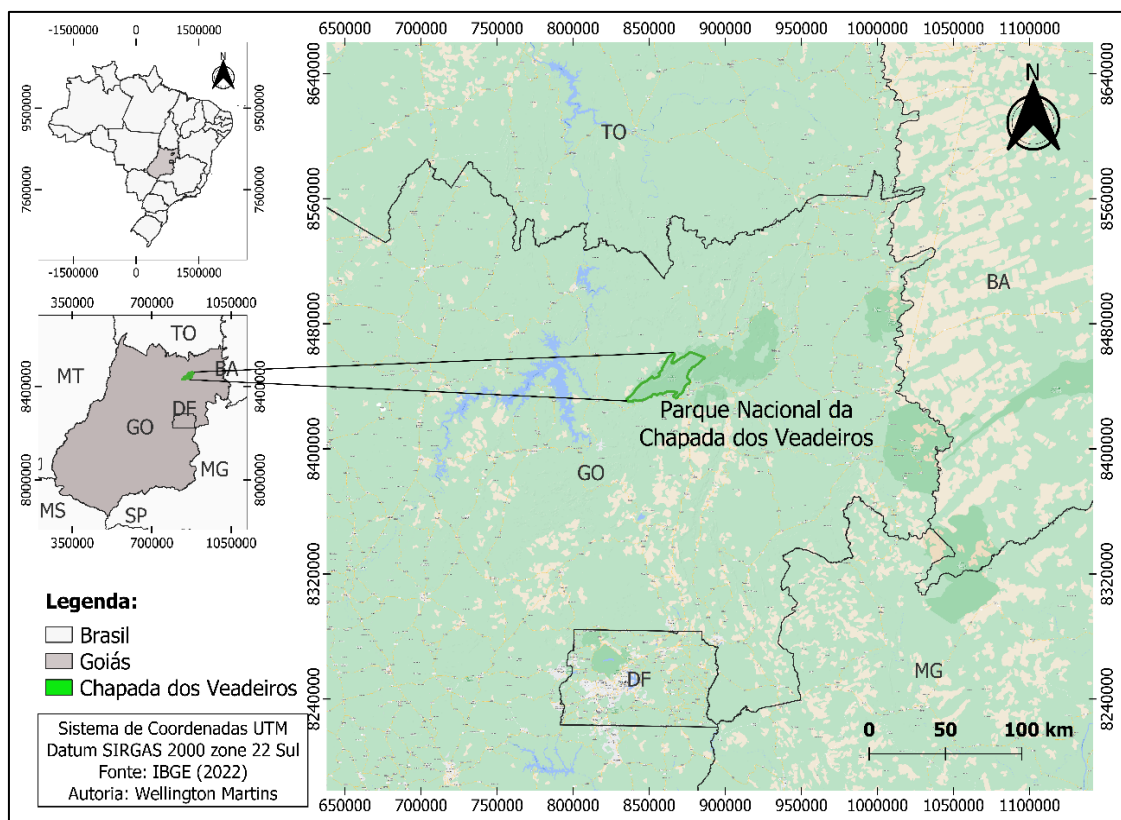
XI - definir critérios, parâmetros e métodos capazes de estimular e disseminar as melhores práticas e iniciativas em turismo no País; e

XII - estabelecer critérios para a ampliação do uso de editais de seleção pública, na escolha de projetos para a destinação de recursos públicos do orçamento (Brasil, 2021, pp. 1-2).

Tal programa possui algumas estratégias desde o mapeamento das regiões turísticas, identificando os municípios beneficiados pelo turismo, passando pelo diagnóstico, categorização, formação, monitoramento, comunicação e fomento. Existem, ainda, alguns critérios que devem ser seguidos pelos municípios para que esses integrem uma região turística no Mapa de Turismo Brasileiro, razão pela qual nem todos os 5.500 municípios brasileiros são contemplados pelo programa (Brasil, 2021).

O município de Cavalcante – onde está situado 70% do território do Sítio Patrimônio Histórico Cultural Kalunga - está representado na categoria “D”. Segundo relatório do Ministério do Turismo, o município é “o berço dos povos da Chapada dos Veadeiros e ainda guarda simplicidade e a riqueza das comunidades da região” (Brasil, 2023, p. 3). Na figura 4, tem-se o mapa de localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Figura 4. Mapa de localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE, 2022.

Segundo o mesmo relatório, os principais atrativos turísticos do município são: o Complexo do Prata, o Complexo das Veredas, a Cachoeira Ponte de Pedra, a Cachoeira Santa Bárbara e a Cachoeira São Félix. Todos os atrativos encontram-se em bom estado de conservação e estão incluídos em roteiros turísticos comercializados.

A partir da análise dos relatórios elaborados pelo Ministério do Turismo, tem-se, agora, o desafio de aplicação das políticas públicas que possam combater as desigualdades que afligem, em especial, o povo negro.

1.3 TURISMO E AFRO EMPREENDEDORISMO

No tópico, apresentam-se alguns dados a respeito das desigualdades sociais no Brasil que, invariavelmente, despontam na carência de políticas públicas com um foco especial na população negra, ainda mais em uma população e comunidade tradicionais, como é o caso dos quilombolas.

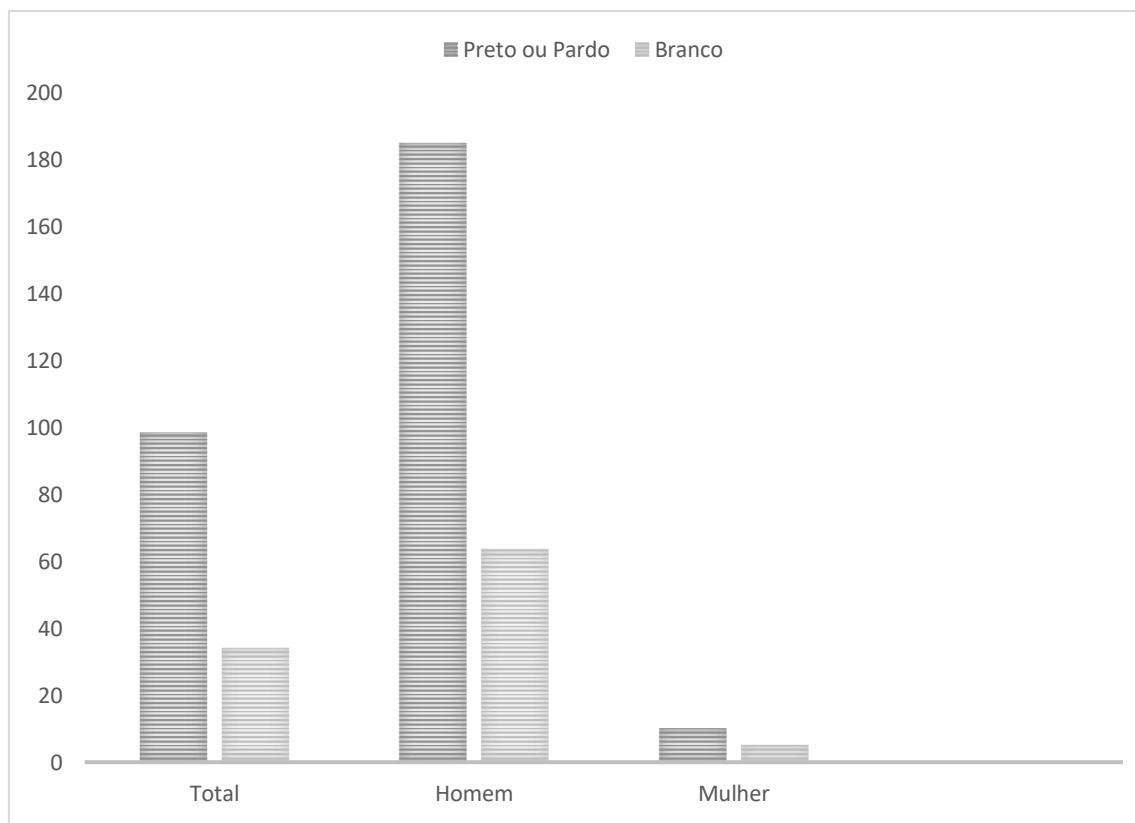
Nessa perspectiva, dados do IBGE (2019), no estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” demonstram que as taxas de analfabetismo dos negros são três vezes maiores que as de pessoas brancas. Na representação política, brancos e outras são 75,6% , enquanto pretos e pardos são apenas 24,4% dos parlamentares.

A taxa de conclusão do ensino médio é sempre menor entre os negros em comparação com os brancos. Verificou-se que 76,8% dos brancos conseguem finalizar o ensino médio, contra 61,8% dos negros. O percentual de negros no ensino público é maior (50,3% ante 49,7%) e no ensino privado, menor (53,4% ante 46,6%) refletindo uma questão econômica.

No mercado de trabalho a situação é mais agravante. Dentre os cargos gerenciais, 68,6% deles são ocupados por pessoas brancas, o que, consequentemente, reflete na distribuição de renda e nas condições de moradia. O estudo apontou que 15,4% das pessoas brancas vivem abaixo da linha de pobreza contra 32,9% das pessoas negras em mesma situação – com renda inferior a U\$ 5,5 /dia. Já na extrema pobreza, entre aqueles que vivem com renda inferior a U\$ 1,90 /dia, tem-se os negros representando 8,8% e os brancos 3,6%.

Todo esse processo histórico culmina para a eternização de processos de violência contra pessoas negras. No mesmo estudo, o IBGE apontou que a taxa de homicídio a cada 100 mil jovens é quase 3 vezes maior entre negros do que entre brancos (98,5 contra 34). Taxas de homicídio elevadas não só trazem sofrimento físico e psicológico, mas também impactos sociais e econômicos, em especial quando atingem com mais intensidade a população jovem. Tal informação encontra-se no gráfico 3.

Gráfico 3 – Taxa de homicídio (por 100 mil jovens), 2019.



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE, 2019.

Toda a violência contra o povo negro serve para contribuir com esse processo de estereotipação do seu corpo, das suas raízes e cultura, contribuindo para que o racismo continue ditando a tônica das relações sociais. O negro é visto, então, como mão de obra, como fetiche cultural, só servindo para determinadas funções, em um processo de apagamento histórico e monopolização cultural.

É fundamental ponderar sobre as bases do racismo estrutural que marcam a cultura política brasileira, consistindo na manutenção de grupos subalternizados fora das vantagens econômicas do capitalismo. No período pós-abolição, com a vinda dos imigrantes europeus, os negros foram abandonados à própria sorte, marginalizados e subalternizados (Bunchaft; Silva; Mendonça, 2020).

O racismo no Brasil é, pois, institucionalizado, o que dificulta o acesso do negro aos espaços de poder, à mobilidade socioeconômica e às decisões políticas.

Embora seja uma nação de diferentes matrizes culturais, como visto, não se pode omitir do Brasil seu passado colonial e escravocrata. Essa colonialidade é fruto da modernidade, marcando a história do desenvolvimento brasileiro, instaurando-se, hoje, mediante novas formas de dominação aos grupos subalternizados, tratando-se de uma figura que, invariavelmente, recai sobre o homem branco, europeu, heterossexual e cristão, reprodutor da opressão (Andrade; Teodoro, 2020).

O colonialismo em sua visão clássica foi consequência do imperialismo europeu culminando na conquista dos territórios das Américas, Áfricas e de parte da Ásia, com o intuito de perpetuar o controle sobre os locais descobertos, implicando na necessidade de subverter as estruturas sociais existentes nesses povos originários. A colonialidade traduz formas de repressão que recaem sobre outros aspectos, não esvaziando totalmente os símbolos ou imagens locais, mas marginalizando os povos tradicionais considerados inferiores, substituindo e ofuscando o pensamento tradicional pelo padrão de vida europeu ou, até mais preciso, ocidental (Andrade; Teodoro, 2020).

Essa questão leva à invisibilidade do sujeito negro, inclusive frente às narrativas de direitos humanos como estratégia de manutenção do racismo. Trata-se, portanto, de um projeto de dominação colonial que traduz a presença de traços autoritários do colonialismo eurocêntrico (Neves, 2020).

Políticas públicas que combatam a desocupação e a subutilização da força de trabalho – pontos que afetam a população negra com mais intensidade – são de suma importância para que a região possa se desenvolver e para que essas pessoas possam ocupar postos de maior remuneração a partir de uma maior instrução e inserção no mercado de trabalho.

Para se construir um instrumento capaz de atender o maior número de interessados e se desenvolver uma metodologia eficiente para implementação de um turismo de base comunitária, é importante que a comunidade receptora

seja aberta ao turismo, mostre-se favorável à implementação do turismo de base comunitária e obtenha benefícios com a sua implementação (Chaves, 2018).

Políticas públicas voltadas ao turismo, nesse contexto, são importantes na medida em que, por serem entendidas como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias no âmbito do poder público, direcionam a atuação do Estado, visando dar alcançar o pleno desenvolvimento da atividade turística em um dado território (Cruz, 2001).

O já citado Programa de Regionalização do Turismo, por exemplo, tem como uma de suas premissas a abordagem territorial que permite uma gestão descentralizada do turismo, permitindo, ainda, uma maior inclusão dos atores da região, facilitando as relações sociais, culturais e econômicas, entendendo a região como um espaço plural e participativo.

O processo de envolvimento da comunidade e o incentivo de outros atores importantes, como o Estado, tem de ser simbiótico para que o TBC possa avançar e promover tudo aquilo a que se propõe, em especial a transformação na comunidade que recebe o turismo.

No último capítulo serão apresentadas as considerações dos moradores da comunidade estudada para saber se, efetivamente, as políticas públicas alcançam aqueles atores e permitem a sua efetiva participação na tomada de decisões.

O afro empreendedorismo é um movimento que busca, por meio do trabalho do empreendedor negro, a valorização da cultura negra, contribuindo para a redução da desigualdade racial e para o fortalecimento da identidade negra. Ao basear o seu empreendimento em narrativas afro referenciadas, os empreendedores negros auxiliam na luta contra a desigualdade social, tão latente no Brasil, e que aflige de forma mais intensa a população negra¹⁰ (Oliveira, 2021).

¹⁰ Reportagem recente do Intercept Brasil de 18/03/2024 noticiou que a Lei de Cotas Raciais não vem sendo devidamente cumprida no país, o que contribui para, além da falta de vagas, um déficit financeiro para profissionais negros que não conquistaram as vagas. Ver: < <https://www.intercept.com.br/2024/03/18/quase-10-mil-negros-foram-barrados-de-concursos/>>.

Pensar no afro empreendedorismo, nessa ótica, é discutir sobre como empreender “da e para a cultura negra [...] em um ecossistema de produção de negros para negros.” (Oliveira, 2021, p. 45).

No turismo, a ideia é que, por ser um vetor conhecido de desenvolvimento econômico e financeiro, possa também se transformar em um resgate da memória negra, fortalecendo a sua identidade. Nesse ponto, percebe-se a correlação entre o afro empreendedorismo voltado ao turismo e o turismo de base comunitária, que busca o fortalecimento de um povo por meio do fortalecimento das suas heranças e laços culturais.

O negro é retratado historicamente na sociedade - e também no turismo - como um ser exótico e sexualizado, também relacionado com a imagem de jogadores de futebol e com festas como o carnaval, padrões que estereotipam o povo negro. Isso, nas sábias palavras de Carneiro (2004, p. 1), é expressão do racismo:

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade.

Sueli Carneiro (2004), nessa mesma entrevista ao jornal Correio Braziliense, conta que o racismo, sutilmente, acaba por realizar um processo de clareamento do povo e da história do negro na sociedade, na medida em que coloca o negro como alguém sem individualidades, com comportamentos apenas coletivos, em contraposição ao branco que possui diferentes raízes culturais, sendo a branquitude, nesse processo, multicromática, ao passo que o negro seria monocolorido.

Todo esse processo contribui para o aumento das desigualdades, conforme vimos nos tópicos anteriores. O desafio então que se coloca é como enfrentar tamanhas desigualdades estruturais e fortalecer os laços culturais e a herança negra?

Os quilombos que outrora se tornaram símbolo da resistência negra ao jugo da escravidão são hoje, de certa forma, objeto de fetiche cultural. As comunidades quilombolas continuam sendo subjugadas, faltando-lhes autonomia para tomada de decisões, impondo-lhes que permaneçam idênticas a como eram no período da escravidão.

O negro torna-se, então, fetiche do capitalismo¹¹. Torna-se um ser alheio, fantasioso, verdadeira mercadoria. Sua identidade se torna fetichizada e mercantilizada, o que leva a uma hiperexploração de sua cultura. O indivíduo negro nesse contexto tem a sua identidade reduzida às suas características físicas e culturais, visando desumanizá-lo, ignorando as suas identidades próprias, sua cultura e sua história¹².

Lukács (2018) argumenta que a mercadoria passa a ser fetichizada, ultrapassando o seu valor exclusivo de troca, tornando-se uma verdadeira encarnação da relação social subjacente na sociedade capitalista. Essa fetichização ocorre porque, no sistema capitalista, as relações sociais entre indivíduos não são determinadas pelo trabalho humano concreto envolvido em sua produção, mas sim pelo valor de troca no mercado. Nesse sentido, os indivíduos passam a ser subordinados às mercadorias que eles próprios produzem, representando um reflexo das relações sociais alienadas.

O corpo negro no capitalismo torna-se mercadoria a partir da naturalização de sua virilidade, além de questões identitárias que são naturalizadas como identidade intrínseca (“natural”), estigmatizando o corpo negro e alçando-o a objeto sexual sempre disposto a saciar. Ao negro lhe é

¹¹ O conceito de “fetiche de mercadoria” desenvolvido por Marx em sua obra “O Capital” refere-se a uma questão fundamental da sociedade capitalista em que as mercadorias adquirem características sociais e simbólicas que parecem independentes das pessoas que as produzem. Essa aparente autonomia das mercadorias, tratada por Marx como alienação, resulta da forma como o valor é determinado no capitalismo, atribuindo vida própria – até mesmo mística – à mercadoria e ao seu valor.

¹² Alguns autores como Bernardo Élis (1915-1997) retratavam o negro como protagonistas em suas obras literárias, sujeitos de suas próprias histórias. Ver Curado, João Guilherme da Trindade. Personagens Negros em Obras de Bernardo Élis. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/issue/view/640>>.

imposta essa posição de virilidade, em detrimento de outros aspectos humanos, tais como inteligência, cultura, educação (Rodrigues, 2020).

A mulher negra, por exemplo, deve estar sempre pronta para saciar os desejos dos homens, sendo representada sempre de maneira sensual. Até mesmo dentro de movimentos sociais de emancipação feminina foi necessária uma reflexão fundamentalmente antirracista capaz de promover uma verdadeira sororidade entre mulheres brancas e mulheres não brancas (Hooks, 2020).

A mercantilização da cultura negra acontece, também, em outros aspectos. Acima, falamos sobre as comunidades quilombolas e como elas se tornaram, ao longo dos séculos, símbolos de resistência para o povo negro diante das mazelas da escravidão. Hoje, uma forma de mercantilização da cultura negra se dá exatamente através do turismo cultural, com destinos que exploram a história e a cultura negra limitadamente como atrações turísticas, sem respeitar, contudo, os significados e os legados culturais.

Ao transformar tradições, rituais e práticas culturais em atrações turísticas, muitas vezes desvinculadas do seu contexto original, o turismo cultural pode contribuir para um cenário de exploração e descaracterização da identidade cultural do povo negro, com foco na comercialização e no lucro – características do capitalismo – podendo levar a representações estereotipadas do povo negro, comprometendo o respeito a sua autenticidade e autonomia cultural.

A fetichização racial está intimamente ligada ao racismo estrutural, perpetuando estereótipos, objetificando os indivíduos e sua cultura, reduzindo-os à mercadoria, o que acaba por desumanizá-los, tornando-se árdua a sua luta por direitos.

Todo esse processo vai refletir, com toda certeza, no apagamento da cultura negra, no escaneamento da população e no tamanho da desigualdade que vai se formando.

É importante que o turismo de base comunitária consiga, a partir de um processo decolonial, colocar o negro em uma posição de contador da sua própria história, e não apenas de observador, o que, sobremaneira, contribui para o

encurtamento das desigualdades étnico raciais e, quem sabe, para a erradicação dessas.

Um dos movimentos que envolve uma cadeia de diferentes pontas de produção é o chamado “Black Money” ou, em tradução livre, Dinheiro Preto. Essa ideia, que surgiu como filosofia pregada pelo ativista jamaicano Marcus Garvey, resume-se como o incentivo do consumo de produtos e serviços produzidos por negros, fazendo o dinheiro circular entre comunidades afrodescendentes por mais tempo, gerando consciência social e econômica. A proposta, portanto, envolve o fortalecimento da comunidade negra, gerando renda, trabalho e empoderamento (Oliveira, 2021).

No Brasil, temos o Movimento Black Money que, segundo consta no site oficial:

É um hub de inovação para inserção e autonomia da comunidade negra na era digital junto à transformação do ecossistema empreendedor negro, com foco em comunicação, educação e geração de negócios pretos. Tem como diferencial o fomento do letramento identitário e do mindset de inovação ao ecossistema afroempreendedor. O MBM nasce imerso na filosofia Pan-Africanista Garveista, ideologia que considera a união dos povos de todos os continentes africanos na busca de soluções para problemas sociais e preconceito racial (Movimentoblackmoney.com.br, 2020, p. 1).

O afro empreendedorismo, portanto, na busca por fortalecer as bases e individualidades da população preta, contribui na luta contra o racismo, promovendo visibilidade da identidade negra, fomentando o afroconsumo como estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade econômica e social.

A troca de serviços e produtos que valorizam a etnicidade afro-brasileira e a formação de uma rede de empregabilidade entre negros é uma forma de ativismo contra o racismo. Ela visa, pois, fortalecer o sentimento de pertencimento identitário da população negra. Isso porque, o processo de construção da identidade negra no Brasil foi marcado pelo racismo e se perpetua através das estruturas de poder da branquitude sobre a população negra (Nascimento, 2018).

O afroconsumo é incentivado na medida em que a população negra não se vê representada pelos produtos e serviços oferecidos, pois esses não abarcam as suas características físicas e culturais, evidenciando a experiência comum do racismo. Essa inclusão simbólica do consumidor negro marca uma trajetória na luta contra a sua invisibilidade, pela ascensão econômica e inclusão social (Nascimento, 2018).

O afro empreendedorismo é responsável pela ascensão social de negros na sociedade brasileira. Segundo Nogueira (2015), dos 40 milhões de brasileiros que ascenderam à classe média no Brasil, 32 milhões eram negros. Uma parcela importante desse grupo é formada por empresários.

Em um estudo inédito do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE, 2013) buscou detectar o perfil dos empreendedores no Brasil e apontou que a participação da população negra entre os anos de 2001 e 2011 aumentou de 43% para 49%. Esse processo, segundo Barreto (2015, p. 33), “tem ocorrido com a intensa inclusão social viabilizada pela inserção de mais de 40 milhões de pessoas na classe média na última década”.

Segundo o mesmo autor, é possível observar um círculo virtuoso. O processo de inclusão social fortalece o empreendedorismo que, por sua vez, contribui para o processo de inclusão social. A redução das disparidades sociais que perpassa, necessariamente, pela redução das desigualdades raciais, é uma evolução bem-vinda (Barreto, 2015).

O turismo se insere como uma forma de empreendimento, podendo ser um verdadeiro vetor de resgate da memória dos negros e fortalecimento de sua identidade por corolário. Mais do que transformar os espaços em atrativos turísticos, é necessário dar a eles a profundidade que merecem ter, envolvendo a identificação do turista com aquela narrativa, não necessariamente remetendo-se à história de sofrimento do povo preto, mas sim de formação de sua identidade, fé, trabalho, festas, lazer e tudo aquilo que contribua para a construção de suas múltiplas identidades (Oliveira, 2021).

O fortalecimento do empreendedorismo negro pode ser um vetor de desenvolvimento para a comunidade Kalunga do Engenho II que busca, ao cabo,

a sua emancipação. Resta identificar, entretanto, se esse processo emancipatório vem acompanhado da efetiva participação do poder público como fomentador da atividade empreendedora.

Na medida em que a comunidade é colocada no centro das tomadas de decisão, apoiando a construção de um projeto de interesse comum daquele povo, é possível aliar o turismo às comunidades fechadas. O turismo poderá contribuir para a valorização da população estudada, tanto na seara econômica quanto em outras áreas do desenvolvimento humano, contribuindo para um avanço nas conquistas sociais e no ideal de dignidade, justiça e igualdade.

CAPÍTULO 2 – NEGRO, QUILOMBOLA OU KALUNGA – A HISTÓRIA BRASILEIRA AO AVESSE

Às minorias vulneráveis são imputadas dificuldades no acesso à esfera pública, a qual é perpassada por um conjunto de assimetrias de poder e desigualdades econômicas. Dentre essas assimetrias, encontram-se injustiças que, segundo o que expôs Fraser (2009), abarcam três dimensões, a do reconhecimento, a da redistribuição e a da representação.

As injustiças situadas na dimensão do reconhecimento pressupõem o que Fraser chama de subordinação de status. Já as injustiças situadas na dimensão redistributiva situam-se na esfera econômica e pressupõem a subordinação de classe. Por fim, a dimensão da representação diz respeito à esfera política, partindo da análise do engajamento dos indivíduos nos processos políticos decisórios (Bunchaft; Silva; Mendonça, 2020).

A comunidade quilombola tem seus direitos violados enquanto reflexo do racismo estrutural no Brasil, apresentando diversas vulnerabilidades. Dentre as dificuldades enfrentadas pela comunidade destacam-se a grilagem de terras e a prática de racismo ambiental¹³, prática que, segundo Pacheco (2008), se configura através de ações que tenham impacto racial permeadas por meio de injustiças sociais e ambientais que recaem sobre etnias e populações vulneráveis.

Outro problema enfrentado se relaciona com os conflitos de terra tradicionalmente ocupadas e à expansão do agronegócio. A demanda por terras aumentou exponencialmente com a elevação geral dos preços das *commodities* agrícolas, o que levou à usurpação de territórios quilombolas (Almeida, 2011).

¹³ O termo “racismo ambiental” foi cunhado pela primeira vez pelo pastor estadunidense Benjamin Chaves Jr., sendo depois mais explorado na Academia pelo sociólogo Robert Bullard e aponta para a divisão desigual do bônus e do ônus do “desenvolvimento” no modelo de produção na sociedade capitalista em que as populações negras, indígenas, latinas e minorias sociais, costumam ser majoritariamente afetadas pela degradação ambiental. As disparidades são perpetuadas no sistema capitalista, inclusive através de leis e regulações, afinal, são feitas dentro do Estado burguês. Para mais, ver “Pesticides and environmental injustice in the USA: root causes, current regulatory reinforcement and path forward” Disponível em: < <https://bmcpublichealth-biomedcentral-com.ez163.periodicos.capes.gov.br/articles/10.1186/s12889-022-13057-4>>.

Nessa perspectiva, entende-se que o agronegócio exerce uma espécie de poder ante a expectativa de vivência da população quilombola em relação ao seu espaço, a sua terra, ao seu saber. Para grupos que possuem uma estreita e íntima ligação com a terra, esses espaços acabam se tornando uma fronteira ao avanço agrícola.

Há, nessa lógica, uma sobrevivência material e simbólica das comunidades tradicionais ao avanço do agronegócio em busca de constante expansão territorial, desde o manejo de sua ancestralidade até o próprio sistema produtivo, que contrasta com o modelo de agricultura comercial de larga escala do agro.

A ausência de regularização fundiária, nesse diapasão, e a transferência gradual das terras em conflito para os setores do agronegócio afetam e ameaçam o próprio modo de vida das comunidades tradicionais.

2.1 A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS – BREVE HISTÓRICO

No início da sua colonização, o Brasil era um grande produtor de açúcar. Possuía terra em abundância, solos férteis e clima propício, faltando, apenas, um quarto item: a mão de obra escrava. No início, os senhores de engenho tentaram sanar a questão por meio da mão de obra indígena, mas não foi o suficiente. A partir, então, de meados de 1559, o terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá, ordenou a redução em 40% das tarifas alfandegárias para a entrada de cativos africanos (Gomes, 2019).

Supõe-se que a escravidão negra se iniciou no Brasil por volta de 1538 e só foi encerrar o seu fluxo contínuo na abolição do tráfico, datada de 13 de maio de 1.888. Dos cerca de 12 milhões de escravizados trazidos para a América, mais de 5 milhões vieram para o Brasil (Gomes, 2019).

A escravidão em terras tupiniquins ocorreu com todos os povos subjugados pela ordem vigente. Dentre africanos e indígenas (e seus descendentes), ela foi implementada com a instalação da colônia portuguesa

visando um rápido crescimento econômico com mão de obra estável e barata (Amorim; Paula, 2019).

A escravidão era, pois, apoiada pela igreja que, ideologicamente, vendia a ideia de que o negro não possuía alma. Gomes (2019) narra que alguns autores ajudaram a construir a base ideológica do regime escravagista no Novo Mundo. Um deles, Jorge Benci, que exerceu diversas funções no colégio da Ordem da Bahia, escreveu um livro chamado “Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos”, orientando os senhores sobre a melhor conduta possível para resgatar as almas dos cativos por meio da doutrina cristã ou impedir que os escravos ficassem no ócio – raiz de todos os males -, sendo obrigação dos senhores colocá-los para trabalhar. O envolvimento da igreja com a escravidão era antigo e bem anterior ao tráfico de africanos para a América (GOMES, 2019).

Foram mais de 3 séculos de escravidão e subjugação do negro no território brasileiro (1500-1888) em troca do chamado progresso material da terra, romantizada por autores e políticos brasileiros ao longo dos séculos, chegando alguns a dizer que a escravidão não se provou cruel no Brasil, como era em outros locais¹⁴.

Embora, de fato, o Brasil não tenha vivido um jugo segregacional como em outras partes do mundo – a exemplo dos Estados Unidos -, houve sim diversas violências contra o povo negro perpetradas ao longo dos anos, mesmo no período pós-escravidão¹⁵. O combate ao racismo no Brasil nunca foi uma prioridade estrutural, mas sim parte de estratégias individuais de atores afrodescendentes, que não têm o poder de, por si só, alterar o legado escravista e racista brasileiro (Miles, 2019).

Inclusive, essa visão levou autores a defender – e muitos até hoje – que o Brasil não era / é um país racista, sendo, em verdade, um país muito tolerante.

¹⁴ Nesse sentido, ver Formação Histórica do Brasil de João Pandiá Calógeras, disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/575109/000857524_Formacao_historica_Brasil.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2023.

¹⁵ O povo negro sofre, até hoje, com violência racial, segregação, discriminação institucionalizada, vários tipos de violência (policial, econômica) todas ligadas ao chamado racismo estrutural.

Joaquim Nabuco¹⁶ foi adepto desta visão e, embora tenha sido um defensor do fim da escravidão, também defendia a “branquização” do Brasil por meio do incentivo à imigração Europeia (Miles, 2019).

Na verdade, o que ocorreu no Brasil foi uma estruturação da sociedade classista que colocou o escravo em sua base, sem direitos, à margem da legislação e, de forma cruel, construiu uma série de mecanismos políticos e jurídicos que permitiram a reprodução da marginalização do povo negro dentro da própria estrutura do Estado brasileiro (Vellozo; Almeida, 2019).

Essa estruturação da sociedade brasileira levou o país ao topo da escravidão no mundo e o último a aboli-la. Ao se excluir os escravos da estrutura político-institucional, condensado em um verdadeiro arranjo constitucional, o Estado brasileiro cedeu direitos civis e políticos a amplas parcelas de sua população, democratizando a propriedade de escravos, que eram possuídos por pessoas ricas, mediantemente ricas e até mesmo pobres (Vellozo; Almeida, 2019).

Para os autores, essa democratização da propriedade de escravos foi crucial para a prolongação da escravidão no Brasil. Escrevem:

Uma marca decisiva da escravidão no Brasil, responsável por sua longevidade, resiliência, perversidade e capacidade de prolongar aspectos de sua cultura para além da abolição, está relacionada a este fato: amplíssimas parcelas da população brasileira vincularam a reprodução de suas formas de vida à exploração do trabalho escravo. Foi somente quando esta realidade se desfez, quando processos econômicos levaram à concentração da propriedade escrava nas camadas mais ricas e na região sul do Brasil que a escravidão perdeu a sua hegemonia (Vellozo; Almeida, 2019, p. 7).

A história brasileira também é marcada pelo deslocamento espacial e progressivo em direção ao interior do país, fato que oferece uma gênese da formação e construção da identidade brasileira. O surgimento do quilombo Kalunga, por exemplo, está ligado à história de colonização do Estado de Goiás e, de forma geral, de todo centro-oeste. A província de Goyazes foi explorada

¹⁶ Ver Nabuco, J. (1977). *Abolitionism: The Brazilian antislavery struggle* (C. Robert, Trans. & Ed.). Urbana, IL: University of Illinois Press.

por bandeirantes que deram início à colonização do Estado a partir da exploração das minas de ouro que tiveram o negro como principal suporte. Os negros serviram de sustentáculo para a manutenção da estrutura colonizadora desde as primeiras lavouras de cana-de-açúcar até o marcante ciclo do ouro (Moura, 1993).

A estrutura social constitui-se como um modelo complexo de relações, influenciada, notadamente, pelas relações de trabalho e produção – não se resumindo a tais relações – pautando espaços multidimensionais que levam em consideração uma série de fatores simbólicos em torno de uma pluralidade de figuras e tipos sociais. A construção identitária da sociedade, nessa ótica, é determinada por uma série de questões histórico-culturais que marginaliza alguns protagonistas, especialmente negros, indígenas e mulheres e aclamam outros, como os bandeirantes (Marinho, 2008).

A formação histórica brasileira foi violenta, sanguinária e de subjugação de outros povos considerados inferiores. Há quem defenda, entretanto, que a escravidão surgiu de uma necessidade econômica, pois a Portugal faltava mão de obra para extração das riquezas naturais brasileiras¹⁷.

As palavras de Gomes (2019, p. 47) nos parecem mais adequadas:

A história da escravidão africana no Brasil é repleta de dor e sofrimento. Centenas de livros já foram escritos sobre o tema, mas, provavelmente, nenhum deles conseguirá jamais expressar as aflições de um único cativo dos milhões capturados na África, embarcados à força em um navio, arrematados como mercadoria qualquer num leilão do outro lado do oceano, numa terra que lhes era completamente estranha e hostil, onde trabalhariam pelo resto de suas vidas sob o chicote e o tacão de seu senhor.

A chegada dos bandeirantes a Goiás, em 1722, foi marcada pela colonização violenta. Após a primeira etapa de investigações das possibilidades econômicas do interior do país, no século XVII, temos a expansão provocada pela marcha do ouro. O território goiano, nesse momento, foi ocupado por meio

¹⁷ Formação Histórica do Brasil de João Pandiá Calógeras.

da mineração e seu povoamento se deu a partir do descobrimento das minas de ouro (Marinho, 2008).

Essa corrida pelo ouro do final do século XVII demandou uma maior concentração escrava na região goiana. Há registros de forte presença de escravos nas bandeiras que deram origem à ocupação do território. Sua mão de obra foi, ainda, empregada no cultivo do solo, em serviços domésticos, na fabricação de artesanato para consumo local, nas destilarias e fábricas de açúcar (Amorim; Paula, 2019).

A partir do povoamento iniciado pela mineração, o interior do Brasil experimentou um forte crescimento populacional e com Goiás não foi diferente. Ao Sul da capitania, estabeleceu-se, no final do Século XVIII, expansão da economia agrícola. Adiante, com o declínio da atividade mineradora nasce uma economia agrária, fechada e de subsistência – a princípio – que vai se tornando mais extensa à medida em que o vasto território goiano vai sendo ocupado (Marinho, 2008).

Apesar da pecuária extensiva, entretanto, não se propiciou a criação de núcleos urbanos expressivos e a economia goiana do período se resumiu a uma ruralização, com centros urbanos pobres e em número reduzido, tendendo, a população, ao nomadismo (Marinho, 2008).

A história da comunidade Kalunga está intrinsecamente ligada à formação do Estado de Goiás em razão de seu papel fundamental na colonização da região, mesmo que por meio de um sistema escravagista opressor que trouxe, ao solo americano, africanos oriundos especialmente de Angola, Congo, Costa do Marfim e Sudão, sendo obrigados a integrar o tecido social brasileiro. Muitos deles escaparam das áreas de mineração e garimpo, refugiando-se em áreas isoladas, propiciando a formação de grupos específicos, com certa homogeneidade étnica e cultural, denominados de quilombos (Lima; Kumble, 2015).

2.2 QUEM É QUILOMBOLA? O CHÃO DO POVOADO KALUNGA DO ENGENHO II

O termo quilombo, primeiramente conhecido como mocambo ou *mukambu* – em idioma de várias partes da África Central – significava pau de feira, tipo de suporte com forquilha utilizados para erguer choupanas nos acampamentos. Até o final do século XVII era a terminologia utilizada para esse tipo de acampamento improvisado (Gomes, 2022).

Genericamente, é uma palavra que reforça estereótipos culturais, sendo comumente representada como “habitação de negros fugidos”. Etimologicamente, no entanto, é uma palavra de origem dos povos de língua bantu. Provenientes especialmente de Angola e do Congo, eram povos que viviam em comunidades e tinham uma organização coletiva, sendo governados por chefes de linhagens (Munanga, 1995).

A palavra quilombo pode ter outros significados, como aponta Leite (2000), como sendo acampamento guerreiro na floresta, ou sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa. É, sem dúvida, um local de abrigo para os escravos diante de uma sociedade escravocrata.

Com o passar do tempo, o termo foi ressignificado. Nascimento (1980) afirma que há uma reformulação do termo, uma ressemantização. Nesse sentido, “quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (Nascimento, 1980, p. 263).

Quilombismo, então, deve ser tratado como um movimento político que se constituiu como mecanismo de resistência do povo negro ao projeto escravista, tratando-se de espaços de construção política, desafiando o colonialismo e apresentando uma luta política pela autonomia e empoderamento do povo negro, mas não só (Neves, 2020).

Representa uma organização etnocomunitária que, ao menos simbolicamente, apresentava-se como uma sociedade livre e emancipada, composta por escravos fugitivos, alforriados ou libertos, caracterizando-se por ser um tipo de organização territorial de origem africana que funcionou, portanto,

como válvula de escape para diluir a violência da escravidão, significando uma busca por proteção, igualdade de condições, segurança, liberdade e acesso à terra, lutando contra a opressão e exclusão perversa.

São grupos sociais que desenvolveram, ao longo da formação histórico brasileira, características próprias e, há mais de dois séculos buscam por seus direitos e pelas garantias de seu território (Lima, 2012).

Almeida (2015) aprofunda essa reflexão sobre ser quilombo. Não é possível, em sua visão, reduzir a ideia de quilombo às definições históricas, às ideias de isolamento e fuga, mas deve ser pensado em suas especificidades, cada grupo com as suas próprias características, pensado – como concordamos nesse trabalho – como uma experiência historicamente situada na formação social brasileira¹⁸.

Assunção (1996), nesse diapasão, defende que os quilombos não eram apenas comunidades isoladas, mas uma rede complexa de comunicações com a sociedade escravista, favorecidos pelas condições ecológicas, trocando e vendendo produtos de sua roça à população livre.

Na mesma linha, Gomes (2022) aponta que as sociedades escravistas conheceram várias formas de protestos, tais como insurreições, rebeliões e fugas. Aqueles que escaparam formaram comunidades procurando se estabelecer com base econômica e estrutura social própria. Grupos maiores tinham mais sucesso em constituir moradias e base agrícola e a mobilidade foi fundamental, além da natureza – aliada dos quilombolas – pois se abrigavam em áreas de planaltos, montanhas, pântanos, manguezais, cavernas, rios, serras, etc. Quilombos eram sinônimo de transgressão à ordem escravista¹⁹.

Prossegue o autor:

Qual era a base da economia quilombola? O melhor seria falar em múltiplas estruturas socioeconômicas, pois fatores

¹⁸ Nesse sentido, ver: CARVALHO, Maria Celina B. Bairros Negros do Vale do Ribeira: do “Escravo” ao “Quilombo”. Tese (Doutorado), Campinas, Unicamp, 2006 e LEITE, Ilka B. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. 2005.

¹⁹ O escravo é o antagonista importante, respeitável e perigoso do sistema escravista. Citação de Jorge César Velloso e Sílvia Luiz de Almeida.

geográficos, demográficos e culturais interferiram na montagem dela. O mais importante – em qualquer período ou local – foi o não isolamento. Houve quem dissesse que os quilombos / mocambos se isolaram do restante da sociedade e que tal isolamento – via de proteção – foi fundamental para sua reprodução. Seriam assim construídas imagens de quilombolas localizados em montanhas e planaltos, incrustados em serras ou áreas inóspitas de sertões, bem distantes, nunca localizados ou alcançados. No Brasil – ao contrário de outras áreas escravistas nas Américas -, as comunidades de fugitivos se proliferaram como em nenhum outro lugar, exatamente por sua capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleceram (Gomes, 2022, pp. 19-20).

Atualmente, são comunidades que têm a intenção de se mobilizar politicamente, demandando direitos territoriais por parte do Estado e reivindicando o direito à autoatribuição.

O quilombo de Palmares é considerado o mais longo e mais importante quilombo que existiu no Brasil colônia, tendo sido organizado por volta de 1597. Resistindo por quase 100 anos, o quilombo ficava em uma paisagem íngreme, isolada e de difícil acesso, cercada de montanhas e desfiladeiros. O nome Palmares devia-se à abundância de palmeiras de diversas espécies presentes na região. Era protegido por armadilhas instaladas no chão da floresta e os escravos foragidos utilizavam-se de táticas de guerrilhas usadas em Angola pelos guerreiros jagas contra os portugueses (Gomes, 2019).

As incertezas com relação a Palmares, entretanto, desafiam os estudiosos do tema. A sua origem remonta da fuga de algumas dezenas de escravos de um único engenho no sul de Pernambuco no final do século XV. De início constituído apenas por homens, foi arregimentando-se também mulheres, fazendo com que o movimento ganhasse força durante a guerra entre portugueses e holandeses pelo controle do Nordeste brasileiro. Há notícias de batuques e danças ao som de tambores e de rituais religiosos ao estilo tradicional de religiões de matriz africana. Apesar disso, há relatos de que foi encontrada uma igreja católica com imagens do menino Jesus e de Nossa Senhora da Conceição (Gomes, 2019).

Segundo Monego; Cordeiro e Martins (2015), são reconhecidas pela Fundação Palmares 2.394 comunidades quilombolas, localizadas em todo o território nacional – com exceção de Roraima e Acre. Em Goiás existem vinte e oito comunidades quilombolas.

As comunidades Kalunga são constituídas por remanescentes de quilombolas associados aos descendentes de escravos, situados no nordeste de Goiás, nos municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante (Pereira; Almeida, 2010). Por meio da Lei Estadual nº 11.409/91 GO, foi constituído o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, visando garantir aos seus habitantes propriedade, posse e integridade da área territorial delimitada (Goiás, 1991). Na figura 5, podemos verificar a extensão do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, destacado na cor laranja, na junção de três municípios goianos: Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre.

O Sítio ocupa aproximadamente 253 mil hectares, ficando cerca de 400 km de Brasília e 600 km de Goiânia, na região nordeste de Goiás (Goiás, 1991). Tinha, em 2010, aproximadamente 6.000 habitantes e não possuía, segundo o PDITS, infraestrutura adequada, apesar de seu potencial turístico (FGV, 2010).

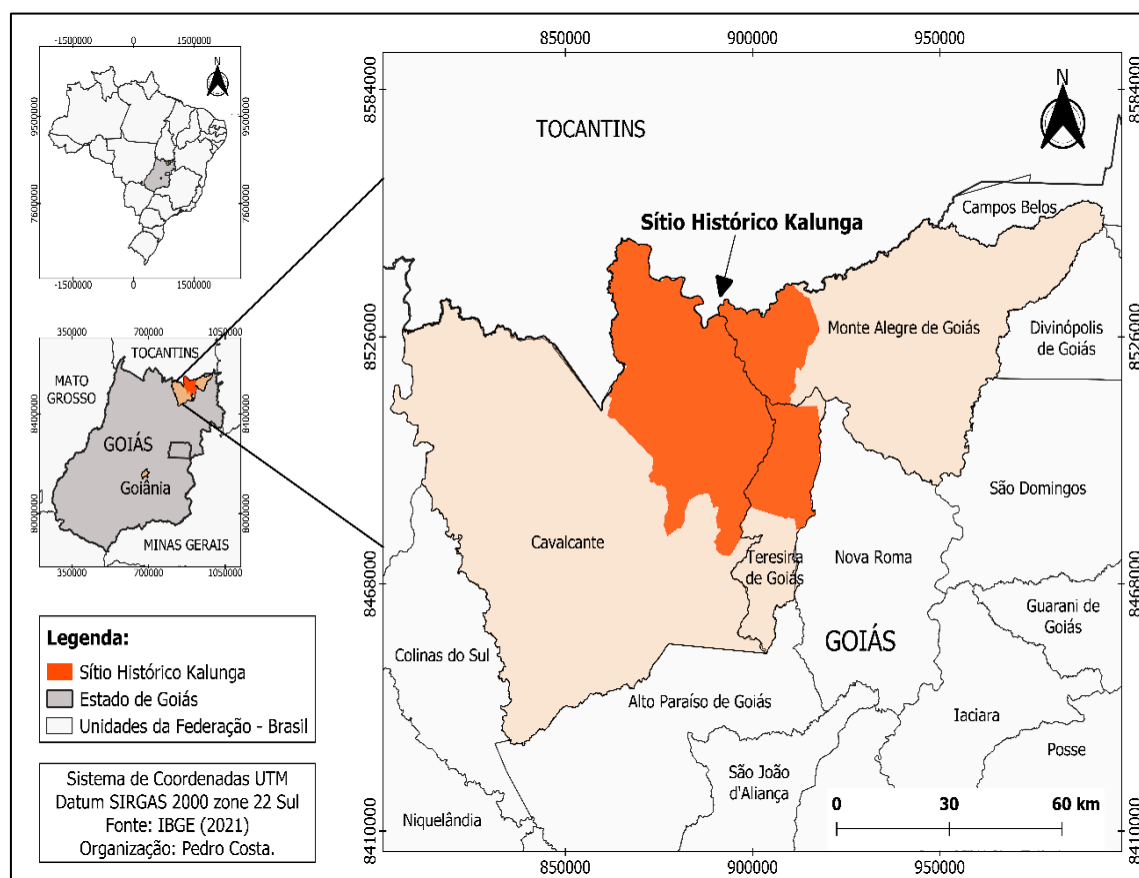
Encontra-se, ali, um espaço verdadeiramente singular composto por vãos, serras, morros, depressões e vales, uma vegetação bastante variada tradicional do cerrado brasileiro. Destaca-se, ainda, por ser esse espaço a junção particular de três municípios goianos, Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. A maior parte do sítio, cerca de 70%, encontra-se em Cavalcante, apesar de ocupar apenas 26% da área do município. Curioso é que em Teresina de Goiás encontra-se somente 15% do sítio, mas pela pouca extensão do município, o sítio ocupa 50% da sua área total (Almeida, 2015).

De acordo com a concepção de Bonnemaison (1981), o sítio configura-se como um geossímbolo, possuindo, aos olhos daqueles grupos sociais ou povos que lá habitam, uma dimensão simbólica que caracteriza e alimenta a sua própria identidade. Isso se dá por meio de sua rica toponímia, composta por serras, vãos e agrupamento de casas, constituindo uma construção subjetiva única, um símbolo cultural e natural (Almeida, 2015).

Apesar de a criação da reserva Kalunga já estar prevista na Constituição Federal de 1988, foi a Lei Estadual de 1991 que criou o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga que prevê, segundo Almeida (2010), a propriedade exclusiva, a posse e a integridade territorial, além da demarcação, a desapropriação e a titulação das terras em favor da comunidade.

O Sítio Histórico situa-se entre os paralelos 13°30´ e 14° 00´ e entre os meridianos 47°30´ e 48°30´, com uma altitude em torno de 810 metros.

Figura 5. Mapa de localização do Sítio Histórico Kalunga, 2021.



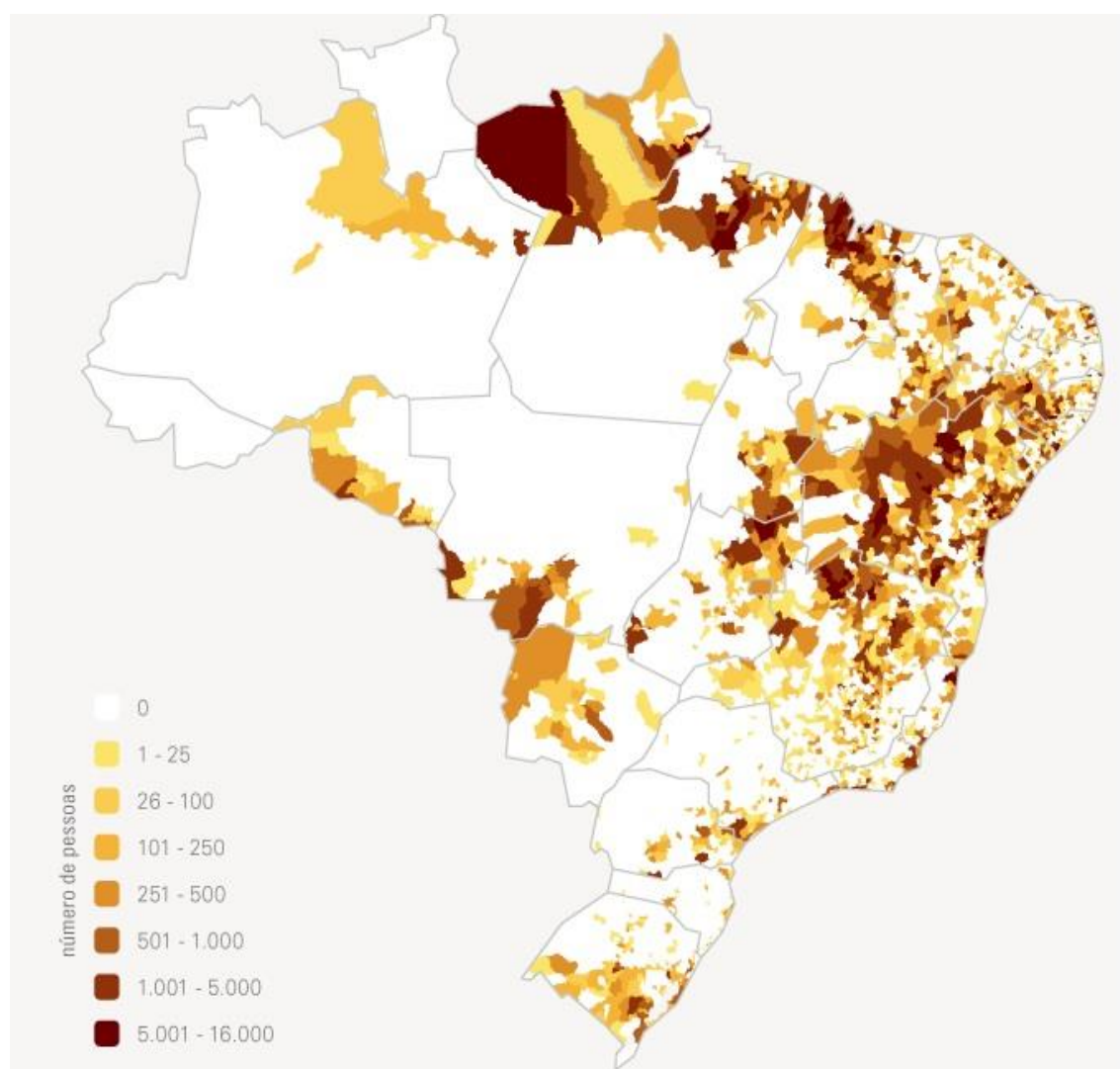
Fonte: Organizado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2021.

O censo realizado em 2022 mostrou que a população quilombola do país é de 1.327.802 pessoas, a maioria habitando os Estados da Bahia e Maranhão. Em Goiás, existem, segundo o Censo, 30.387 quilombolas. Segundo o IBGE,

apenas 12,6% dos quilombolas residem em territórios oficialmente delimitados (IBGE, 2022).

O processo de demarcação e titulação de terras tem por objetivo expedir aos remanescentes de comunidades quilombolas os títulos respectivos de propriedade coletiva, pautado por laudos antropológicos. Tem, pois, caráter coletivo, étnico e fundiário, remetendo-se à construção identitária. Reconhecer um grupo como remanescente, nesse contexto, é fixar identidade política, administrativa e legal, além de identidade social, dando voz a esse novo sujeito político-social etnicamente diferenciado, reconhecido, agora, formalmente pelo Estado (Ferreira, 2020). A figura 6, dá uma dimensão do posicionamento geográfico dos quilombolas pelo Brasil.

Figura 6 – Pessoas Quilombolas no Brasil, 2022.



Fonte: Censo Demográfico 2022: Quilombolas – Primeiros Resultados do Universo.

Tais requisitos se tornam importantes para a comunidade na medida em que sua própria existência e resistência do território dos Kalunga implicam considerar sua relação com a terra, gerando um reconhecimento de suas identidades culturais e territoriais que, uma vez materializados, são transmitidos às gerações futuras. Os Kalunga reconhecem herança cultural e o local de sua vivência como definidoras do seu grupo social e de sua própria identidade civilizatória (Almeida, 2010b).

O Kalunga tem uma íntima relação com terra e, nas palavras de Pereira e Almeida (2010, p. 7) “no quintal o Kalunga pratica grande parte de sua cotidianidade”. A terra abarca o aspecto geográfico e a dinâmica das práticas ancestrais, existindo um vínculo tradicional do quilombola com o seu território.

Essa relação intrínseca com o território auxilia na reprodução dos saberes adquiridos por gerações, transformando aquele local em um espaço de saberes. Vale destacar que, no caso da comunidade, o quintal de cada casa está intimamente ligado com o território a sua volta, com o global. Nesse sentido, as plantas dependem das águas dos rios, dos fatores climáticos, da preservação ambiental (Pereira; Almeida, 2010).

O lugar, segundo Tuan (1983), torna-se um local de experiências, criando relações e intimidades, tratando-se de um lugar complexo, enraizado no passado e incrementando-se com o passar do tempo com o acúmulo de experiências e sentimentos. Sendo assim, o Kalunga possui uma relação íntima com o seu quintal, com o seu território.

À medida que se conhece melhor o lugar, dotamo-lo de valor e significados, não sendo apenas uma simples localização, sendo carregado de símbolos que resultam em um conjunto de sensações moldadas pelas circunstâncias históricas, políticas, sociais e culturais. Logo, o lugar se torna um conjunto de significados construídos pela experiência, traduzindo-se, então, em um sentimento de pertencimento (Tuan, 2012).

O elo afetivo entre pessoa e lugar ou ambiente físico traduz-se como algo vívido e concreto, conceituado por Tuan (2012) como topofilia, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural, associando sentimento com lugar.

Teixeira (2016, pp. 78-79) arremata:

O conceito de lugar é observado na relação com os símbolos e seus significados, destituindo-se da característica ligada à localidade, uma vez que ele adquire outras significações relacionadas à subjetividade humana.

Através da cultura as populações tradicionais interagem com a natureza, construindo um modo de vida próprio, enraizando-se no território e perpetuando os seus laços de identidade com o lugar, criando-se um sentimento de pertencimento (Pereira; Almeida, 2010).

Essa identidade, esse laço criado contribui para garantir a preservação de valores culturais e históricos relativos à contribuição do negro no processo de formação do povo brasileiro, garantindo-lhe sua tradição que foi subalternizada, por muito tempo, em nossa sociedade (Lima, 2012).

O povo Kalunga é marcado por uma forte identidade territorial, lutando pela demarcação de suas terras e pelo reconhecimento de suas identidades culturais. A comunidade atrai visitantes pela sua rusticidade e tradições. Os descendentes de africanos, organizados em comunidades quilombola reivindicam o seu direito à permanência e posse de suas terras, bem como o livre exercício de suas práticas, tradições e cultura.

3. A COMUNIDADE HOJE – QUEM SÃO OS KALUNGAS DO ENGENHO II

No capítulo 3 é apresentado o resultado do trabalho de campo realizado na comunidade Kalunga do Engenho II, com o fito de, além de realizar as entrevistas, observar-se os comportamentos, características e costumes dos quilombolas que lá vivem. O trabalho de campo foi realizado entre os dias 02 a 05 de abril de 2024.

O intuito da pesquisa de campo foi estudar a cultura e o comportamento dos quilombolas da região. Apesar de o pesquisador não ter feito uma imersão completa no local por um longo período, o que se caracterizaria como método etnográfico, destaca-se que, para além de uma entrevista a respeito do turismo na região, estendeu-se ao eixo denominado “história de vida”, buscando-se observar para além da questão do turismo a perspectiva do Kalunga a respeito de temas sensíveis, como a sua ancestralidade.

Nesse sentido é que se concorda com Gil (2002) quanto à natureza exploratória do presente com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema estudado.

Optou-se, também, pelo anonimato das pessoas entrevistadas, utilizando-se codinomes, com o intuito de se proteger as suas identidades.

Deu-se voz, pois, a kalungueiros e kalungueiras com diferentes formações e com diferentes atribuições, que serão referenciados, de forma a resguardar a sua identidade, apenas por nomes de pedras preciosas: 1. Diamante é homem, tem aproximadamente 40 anos e é guia turístico; 2. Esmeralda, esposa de Diamante, é mulher, tem aproximadamente 40 anos e é dona de casa; 3. Safira é mulher, tem aproximadamente 35 anos e é proprietária de um dos restaurantes dentro da comunidade Engenho II; 4. Turquesa tem aproximadamente 28 anos e é afro empreendedora na cidade de Cavalcante; 5. Ouro é mulher, tem aproximadamente 35 anos e trabalha com turismo na cidade de Cavalcante; 6. Malaquita é homem, tem aproximadamente 28 anos e trabalha na prefeitura de

Cavalcante; e, por fim, 7. Rubi é homem, tem aproximadamente 65 anos e é um líder quilombola respeitado no quilombo²⁰.

Nas palavras de Rosiene Santos (2019, p. 75), “o kalungueiro aprende fazendo [...] com o turismo, não foi diferente”. Segundo a autora, o turismo na comunidade ainda é muito voltado aos ricos atrativos naturais, sem interagir, necessariamente, com a dimensão existencial do local e a sua vasta cultura.

Na reflexão da pesquisadora Kalunga Rosiene Santos (2019, p. 75):

Como já mencionado aqui, o Kalungueiro aprende fazendo. A organicidade vai se plasmando a partir dessa constante mudança e fica sob a responsabilidade da Associação Kalunga do Engenho II – AKCE. Na sua reunião dos dias 16 a 20 de outubro de 2018, houve a decisão de fechar os atrativos naturais no período das suas quatro folias.

O quilombo todo conta com 39 comunidades e é a extensão territorial do Sítio, com 269 mil hectares. As comunidades mais conhecidas são Vão do Moleque, Vão de Almas, Complexo do Prata e Engenho II. Segundo moradores, com 5 ou 6 famílias já se forma uma comunidade.

A comunidade fica a 27 quilômetros de estrada de chão da cidade de Cavalcante. A estrada é boa e não tem muitos pontos de atolamento. Hoje, aproximadamente 500 pessoas moram por lá²¹. Há no local escola com formação do “prézinho” até o 3º ano do ensino médio (figura 7) e também um posto de saúde com atendimento uma vez por semana. Os moradores da comunidade são em sua maioria católicos – o que vai refletir nas festas e romarias –, mas também há uma significativa presença de evangélicos, havendo tanto uma igreja católica quanto uma Assembleia de Deus (figura 8).

²⁰ Optou-se por entrevistar pessoas de diferentes idades, formações e profissões, cada um com uma história e vivência, mas todos são quilombolas e Kalungas.

²¹ O número é aproximado, pois acontece muito êxodo entre comunidades.

Figura 7 – Escola na Comunidade Kalunga do Engenho II, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Figura 8 – Igrejas Católica e Evangélica, 2024.





Fonte: Autoria própria, 2024.

Todas as casas têm energia elétrica, internet e saneamento básico (por meio de fossa rural). Apesar disso, são construções extremamente rústicas e simples. Na figura 9, tem-se três exemplos de construções residenciais.

Figura 9 – Casas da comunidade, 2024.





Fonte: Autoria própria, 2024.

A economia da comunidade é baseada, basicamente, em agricultura e pecuária de subsistência e no turismo. Aqueles que não trabalham como guias turísticos são afetados pela atividade de outras formas, como nos restaurantes

locais (7 ao todo) e podem oferecer uma experiência de turismo gastronômico local, conforme verifica-se na figura 10.

Figura 10 – Cozinha de um dos 7 restaurantes, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

O quilombola, como se sabe, possui uma estreita ligação com a terra. Pode-se observar que todas as casas possuem algum tipo de plantio, sendo os mais comuns: arroz, feijão, mandioca, coração de banana, mamão papaia, abacaxi, abóbora, banana, cana, milho e alguma forma de criação de animais, como a galinha caipira.

No quilombo todo, há uma variedade imensa de plantio, dentre plantas medicinais e alimentícias. Além do plantio de subsistência, a criação de galinha caipira é algo comum no Engenho II e por todo o quilombo.

Também chamou a atenção do pesquisador o “quintal Kalunga” expressão cunhada pela pesquisadora Maria Geralda de Almeida. Esse vasto espaço de saberes é “palco para a reprodução de conhecimento. Ali estão as coisas comuns do cotidiano, parte da identidade do indivíduo que ali vive” (Pereira; Almeida, 2011).

O quintal de cada casa está intimamente ligado com o território a sua volta, com o global. Nesse sentido, as plantas dependem das águas dos rios, dos fatores climáticos, da preservação ambiental, além de um espaço de produção de saberes culturais (Pereira; Almeida, 2010).

Foi possível verificar essa relação intrínseca com a terra, através das figuras 11,12 e 13.

Figura 11 – Quintal Kalunga: Plantação de mandioca, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Figura 12 – Quintal Kalunga, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Figura 13 – Quintal Kalunga, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Além dos plantios dos quintais, os kalungas mantêm uma relação ancestral com espécies típicas do Cerrado, como baru e baunilha do cerrado, entre muitas outras (Figura 14).

Figura 14 – Baru e baunilha do cerrado, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

A baunilha do cerrado é uma orquídea e possui diversos espécimes. Utilizada na alta gastronomia, chega a custar R\$ 2.000,00 (dois mil reais) o quilograma. Ela nasce “em volta” de outra árvore.

Essa relação com a terra, com os saberes tradicionais e entre os próprios kalungas traduz a base do entendimento desse grupo a respeito das suas próprias relações sociais que fazem parte da própria cultura do povo, ancorado em condições históricas concretas, sendo uma dimensão da sua própria identidade.

3.1 O TURISMO PRATICADO NA COMUNIDADE DO ENGENHO II.

Para se elaborar o presente estudo foi necessário enviar o trabalho para a Associação Kalunga Comunidade do Engenho II (AKCE), responsável pela organização do quilombo, que, após análise criteriosa de uma comissão de pesquisa, aprova ou não a realização do estudo dentro da comunidade.

A Comissão de Projetos e Pesquisa foi criada em 2014, no 1º Encontro de Pesquisa do Território Kalunga e Comunidades Rurais.

Segundo os próprios dizeres da comissão, os quais se compartilham no presente trabalho, é importante que se trate o Kalunga como um sujeito ativo em cada etapa dos trabalhos realizados e não apenas como objetos de pesquisa, pois tratam-se de sujeitos autônomos. Essa comissão, ainda, faz sugestões de leitura - ambas incorporadas no presente trabalho²².

No que tange ao turismo, a comunidade do Engenho II é extremamente organizada. A Associação Kalunga Comunidade do Engenho II (AKCE) organiza o turismo e outras atividades no local, tais como festejos e romarias.

²² Um dos trabalhos sugeridos foi a dissertação de Rosiene Franciso dos Santos, hoje doutoranda em antropologia pela Universidade de Brasília. Sua dissertação também é sobre o turismo na comunidade.

Além disso, a Associação possui um importante papel na tomada de decisões – sempre de forma coletiva – mas servindo como a voz das comunidades do quilombo em outras esferas da sociedade.

A comunidade possui um Centro de Atendimento ao Turista – CAT (figuras 15 e 16), próprio, distinto do CAT da cidade de Cavalcante. A instalação possui estrutura de banheiros, restaurantes com comidas típicas (necessário pré-reserva) e uma lojinha com produtos naturais do cerrado.

Figura 15 – Centro de Atendimento ao Turismo - CAT, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Figura 16 –Centro de Atendimento ao Turismo – CAT, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Além do turismo e da agricultura e pecuária de subsistência, os kalungas complementam a renda com itens vendidos na lojinha – figura 17.

Figura 17 – Lojinha que vende produtos quilombola Kalunga, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

A Associação permite o cadastro de agentes externos, mas os interessados precisam enviar à AKCE um e-mail e o número do CADASTUR (Registro Nacional de Turismo) - mesmo com o agente externo é necessário contratar um guia local quilombola. Em conversa com guias locais, esses contaram que essa foi uma conquista recente, de mais ou menos cinco anos, pois percebiam que as pessoas chegavam com guias externos, mas não contavam com guias locais.

Existem, hoje, mais de 100 guias cadastrados para realizar a condução dentro da comunidade e até os atrativos, todos devidamente organizados com endereço, telefone e os idiomas que falam. Há um sítio eletrônico no qual são sugeridos hotéis, opções de gastronomia e traslado para facilitar a percepção do turista e melhorar a sua experiência.

Além da escolha dos atrativos o turista tem a opção de contratar um transporte até dois dos atrativos – a cachoeira de Santa Bárbara (mais visitada) e a cachoeira Candaru. Caso opte por não contratar, o passeio será feito a pé.

Em dias em que a estrada para os atrativos fica sem condições de tráfego, é obrigatório que se pague pelo deslocamento. Há também dias em que, por conta das chuvas, nem os veículos 4x4 conseguem avançar, sendo fechada a atração turística naquele dia. A cachoeira Capivara não precisa de traslado.

O valor do guia é de R\$ 200,00 (duzentos reais) e o montante pode ser dividido entre até 6 pessoas. Além do valor do guia, é necessário reservar o atrativo que se deseja visitar com antecedência, pelo link: <https://quilombokalunga.ecobooking.com.br/>, conforme se verifica na figura 18.

Figura 18 – Sítio eletrônico de reserva dos atrativos Kalunga, 2024.

The screenshot displays the website for 'Sítio Histórico E Patrimônio Cultural Complexo Turístico Kalunga'. The header includes a language selection dropdown, navigation links for 'HOME' and 'LOGIN SISTEMA', and a date/time stamp 'Data: 01-04-2024 08:17:45'. The main title is 'Sítio Histórico E Patrimônio Cultural Complexo Turístico Kalunga'. Below this, the section 'ATRATIVOS' is highlighted. A red 'ATENÇÃO -' (Attention) banner follows, stating that prices do not include guide and local transport fees, which are mandatory. It specifies that the guide fee can be split among up to 6 visitors (child included) and that the guide's remuneration is R\$ 200.00. It also notes that transport is optional and that payments for guide and transport will be made in cash. Below the banner, four tour packages are listed with their prices per person: 'Pacote Santa Bárbara + Candarú + Capivara' for R\$121.00, 'Pacote Santa Bárbara + Capivara' for R\$88.00, 'Pacote Capivara + Candarú' for R\$71.00, and 'Pacote Santa Bárbara + Candarú' for R\$88.00. Each package includes a 'VENDA ONLINE' button and logos for VISA, Mastercard, and American Express.

Fonte: <https://quilombokalunga.ecobooking.com.br/>, 2024.

Na comunidade encontram-se 3 cachoeiras: Capivara, Candaru, e Santa Bárbara. Essa última se tornou, hoje, uma das cachoeiras mais famosas do Estado de Goiás.

Da renda dos atrativos, uma porcentagem é distribuída por todas as 39 comunidades que se encontram no quilombo.

A trilha da cachoeira Santa Bárbara é bastante acessível, sendo uma trilha de 14 quilômetros no total. Desses, 10 quilômetros são feitos no veículo pau de arara e o restante da trilha é feito a pé.

A trilha é sinalizada e de fácil acesso, sem morros ou desvios, sendo uma delas aberta (figura 19). Ao longo da trilha, os guias vão explicando algumas curiosidades do local, mostrando e comentando a respeito da vegetação característica.

Figura 19 – Parte da trilha para a cachoeira Santa Bárbara, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Na figura 20, respectivamente, pode-se verificar algumas plantas típica da região. A primeira, chamada de “chapéu de couro”, é utilizada na fabricação do Guaraná Mineirinho, por conta de sua coloração verde natural, mas também, segundo informações dos locais, o seu chá serve para “quebrar pedras nos rins”. A segunda é uma flor que também nasce no meio do Cerrado, é uma planta comestível, chamada de “Canela de Ema”. Segundo informações dos locais, dela também pode ser feito um chá que alivia dores no estômago, mal estar, etc.

Figura 20 – Chapéu de Couro e Canela de Ema, respectivamente, 2024.

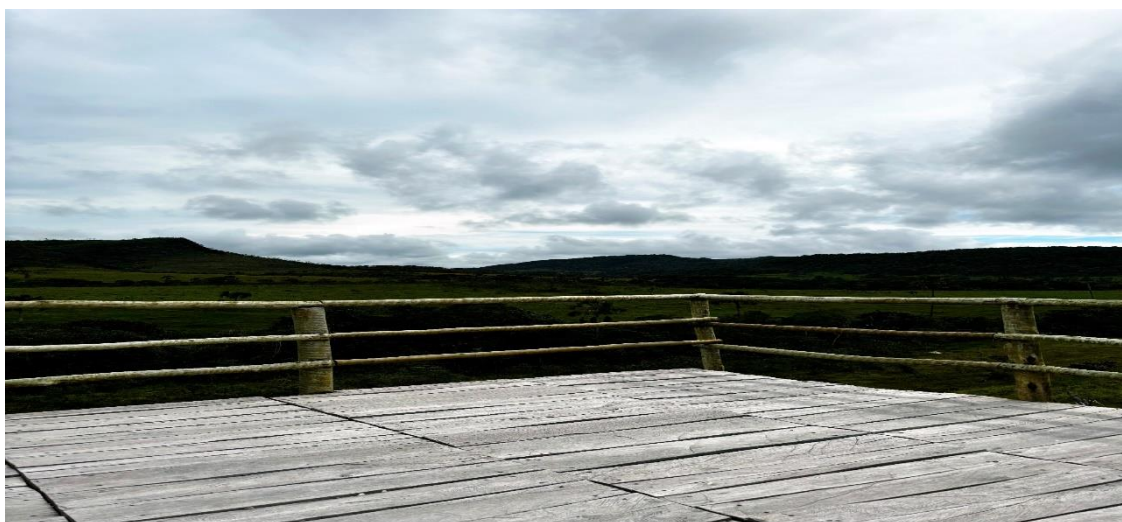




Fonte: Autoria própria, 2024.

Por volta de 750 metros na trilha, após o ponto de encontro do pau de arara, o turista é contemplado com uma vista maravilhosa do Cerrado através de um mirante (figura 21).

Figura 21 – Mirante próximo à Cachoeira Santa Bárbara, ao longo da trilha, 2024.

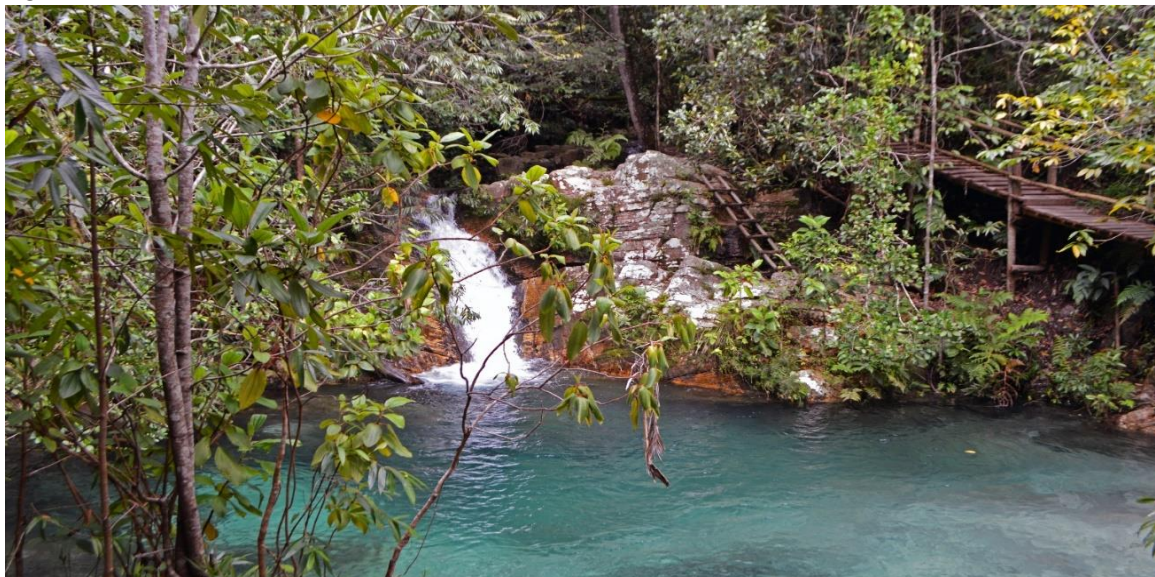


Fonte: Autoria própria, 2024.

A uns 100 metros antes da queda principal há uma queda menor, que forma um belo poço azul, chamado de Santa Barbrinha (figura 22), já possibilitando uma prévia da bela cachoeira que se formará a seguir.

Esse é um local apenas de contemplação, não sendo permitido o nado, embora os guias permitam a fotografia.

Figura 22 – Queda Santa Barbrinha, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Em períodos chuvosos, a visitação fica fechada, tendo em vista a possibilidade das chamadas trombas d'água e a inviabilidade das trilhas, que não ficam acessíveis nem mesmo com os chamados “pau de arara”, veículos 4x4 utilizados pelos próprios quilombolas.

Os Kalungas que vivem na comunidade e na região do quilombo têm experiência necessária para guiar o turista para um passeio tranquilo e seguro.

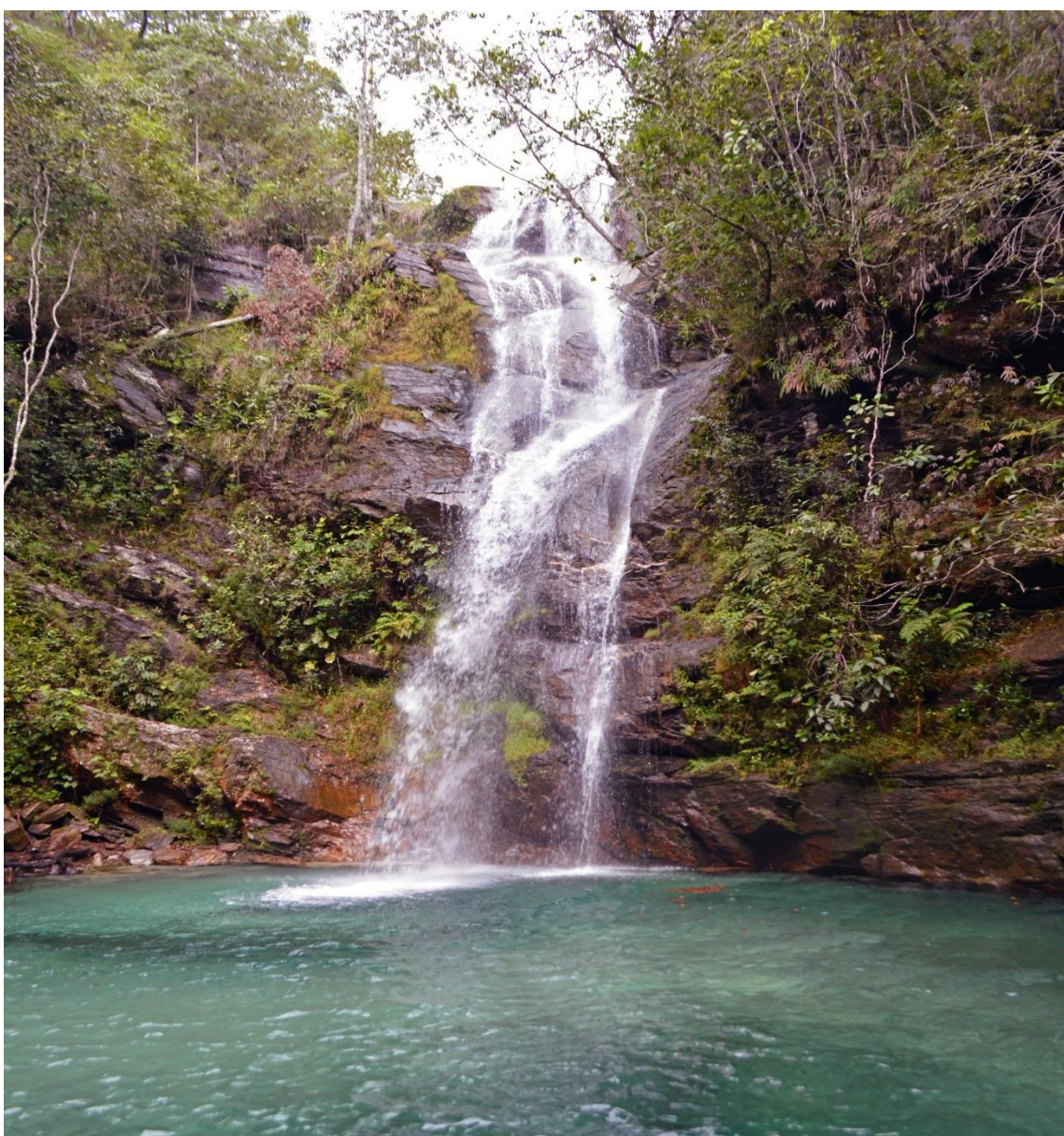
Após passarem pelo belo poço de água azul turquesa da queda denominada Santa Barbrinha, os turistas já conseguem ouvir a queda principal, que forma um belo lago azul de águas cristalinas em meio a um vale que recebe luz do sol por volta de meio dia até 15 horas mais ou menos.

Em alta temporada ou em qualquer época em que a comunidade esteja em ocupação máxima, há um controle rigoroso para a visitação nas cachoeiras e com a cachoeira Santa Bárbara não seria diferente. Um fiscal anota o horário em que o guia chegou com o grupo e o informa no passar de uma hora para que pegue a trilha de volta para a comunidade, oportunizando a todos que tenham a experiência que a cachoeira proporciona.

Quando da visita à comunidade, por ser período de pouco movimento, não houve controle da entrada, permitindo que se ficasse por mais tempo na cachoeira.

A cachoeira Santa Bárbara (Figura 23) é uma das mais visitadas do Brasil, segundo informações obtidas com os próprios Kalungas que vivem no Engenho II. Ela possui um belo poço de reluzentes águas azul turquesa, com aproximadamente 3 metros de profundidade e uma queda d'água de 28 metros de altura.

Figura 23 – Cachoeira Santa Bárbara, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Assim que o turista escolhe o passeio, que pode ser individualizado ou em formato de pacote, é gerado um link de pagamento com o valor correspondente.

Ao clicar no link correspondente, o turista é redirecionado para uma página com informações importantes, localização do atrativo, como chegar, contato, cidade, hotéis, agentes e guias. Nesse momento, o turista pode ver um vídeo de exibição do atrativo, podendo fazer as suas escolhas (Figura 24).

Figura 24 – Sítio eletrônico cachoeira de Santa Bárbara, 2024.

01 - CACHOEIRA SANTA BÁRBARA

Região: Engenho II



Clique aqui para
VOUCHER

Informações:

- 📍 Cavalcante - GO - Brasil
- 🔧 Tipo do Atrativo : Cachoeira
- ⚠️ Associação Kalunga Comunidade do Engenho II
- 📍 Endereço : GO-241 Comunidade Engenho II
- ★ [Entrada Engenho II](#)
- 📅 [Horários , Clique aqui](#)
- ⚠️ [Regras de Cancelamento](#)
- 💵 [Preços , Clique aqui](#)

Localização



CLIQUE AQUI
PARA VER
O MAPA

O Transporte é opcional

O Transporte é opcional

- Santa Barbara ida e volta R\$ 20,00 por Visitante

Valores que vão ser cobrado em espécie e repassado diretamente para o guia e transporte.

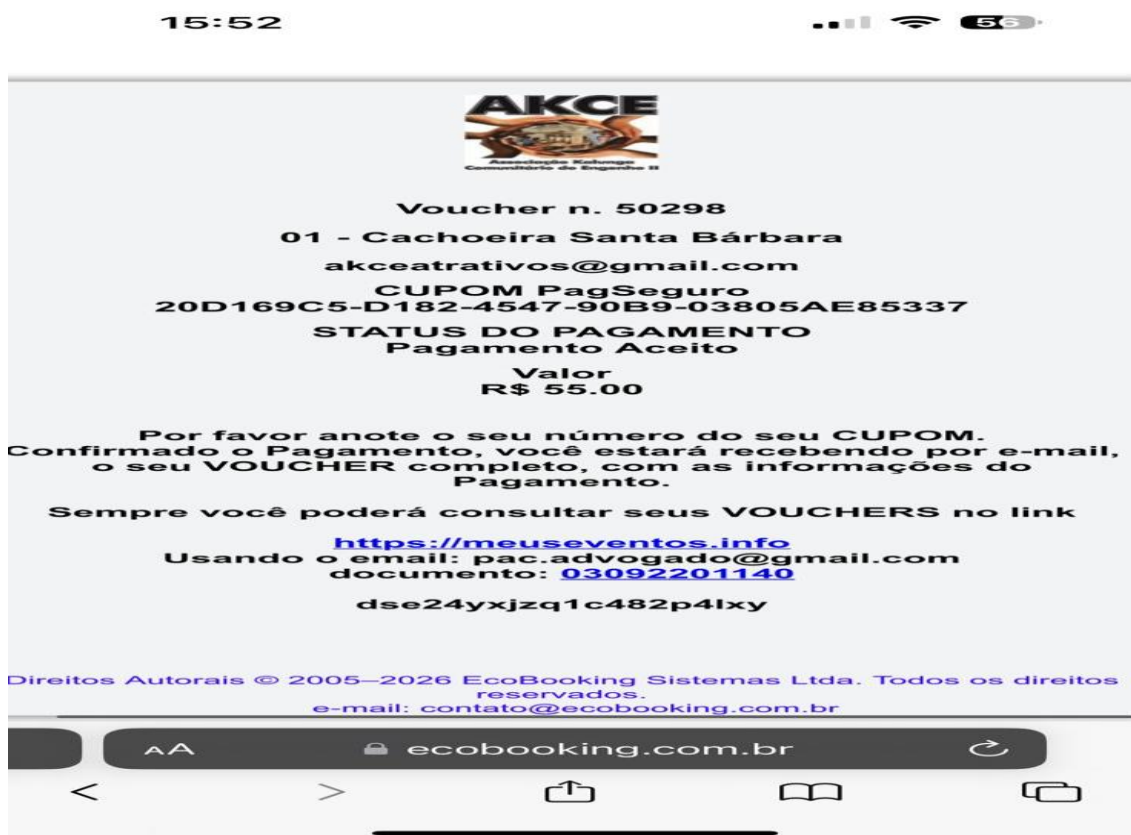


3 SANTA BARBARA COMU...

Fonte: <https://www.ecobooking.com.br/site3/destinoAtrativo.php?gHtY=zewgwe91t9k19vqvz6ga>, 2024.

O turista escolhe, então, a data e horário que irá realizar o passeio, além da escolha do guia turístico – condutor – que irá acompanhá-lo. Após o pagamento, o turista recebe um “voucher” eletrônico que deverá ser usado no dia e hora previamente marcados (Figura 25).

Figura 25 – Voucher comprovando o pagamento e reserva, 2024.



Fonte: <https://meuseventos.info>, 2024.

O atrativo mais visitado é a cachoeira de Santa Bárbara, que fica dentro da Comunidade do Engenho II. Segundo a Associação, ela tem capacidade máxima para receber 350 turistas por dia em alta temporada²³, com um limite de 1 hora na desejada atração turística.

Além do turismo de natureza, nas entrevistas ficou claro que o turismo cultural e culinário também é bastante explorado na região. Existem períodos do ano em que os quilombolas comemoram festas religiosas, católicas, com muita dança, música, comidas típicas e com apresentações culturais, como a súa²⁴.

²³ A alta temporada é em julho.

²⁴ A súa é uma dança com origem africana muito praticada em todo o Brasil. Ver: RODRIGUES, Carmen Tatiane Oliveira. BISPO, Mariléia Oliveira. Súa: Uma Dança de Manifestação Cultural E Religiosidade Em Monte Do Carmo – TO.

Dentre as festas religiosas comemoradas, destaca-se a Folia de Reis, que acontece em janeiro, nos dias 06 e 07; a Folia de São Sebastião, que acontece entre os dias 17 e 21 de janeiro; a Folia de Santo Antônio, que - segundo contam com entusiasmo - é uma das mais importantes e acontece entre os dias 09 e 14 de julho e a Folia de Nossa Senhora das Neves, que ocorre em setembro, entre os dias 1º e 09 daquele mês.

Essas folias acontecem nas comunidades do Engenho, Vão do Moleque e Vão de Almas, com vários dias de atrações culturais. No período, as atrações de natureza ficam fechadas e o turista pode, caso queira, participar dos festejos sem custo nenhum, podendo inclusive dormir no local. Participam aproximadamente 400 pessoas por festa, entre turistas e quilombolas e várias comunidades do quilombo.

Pelo que se pode apurar conversando com os kalungueiros, as festas atraem turistas interessados em todo o tipo de turismo, seja cultural, festivo, religioso ou gastronômico. Os festejos são celebrados em local próprio, figura 26.

Figura 26 – Local dos festejos, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Refletindo sobre o surgimento do turismo na comunidade, pode-se afirmar que não foi apenas uma pessoa que trouxe a prática turística para dentro da comunidade. Foi, como muitas, uma decisão coletiva, que trouxe a comunidade para o centro da escolha e da tomada de decisões a respeito de como a prática deveria ser abordada no território.

O ponto central do TBC, nessa perspectiva, é colocar a comunidade no centro do planejamento, da implementação e do monitoramento da atividade turística, podendo ser organizado por meio de experiências de ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo rural, entre outros segmentos que tenham como protagonista uma comunidade fechada (Endlich; Teixeira, 2022).

O turismo precisa, pois, ser aquilombado, pensando para que se produza autonomia, levando em consideração não apenas as belezas naturais, mas todo o contexto cultural e histórico, de luta e resistência.

3.2 O QUE PENSAM OS KALUNGAS? PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES PARA O TURISMO

Conversar, observar e vivenciar a rotina na comunidade Kalunga do Engenho II possibilita compreender a vida que é levada para além das práticas do turismo. Nessa pesquisa, optou-se por realizar perguntas padronizadas e estruturadas. A pesquisa, então, fora realizada de maneira a dialogar com vários perfis de Kalunga.

Todos contaram as suas experiências, seus anseios, suas vivências com relação ao ser quilombola, ao se perceber como Kalunga e como o turismo afetou a região, se de maneira positiva ou negativa. As representações culturais, a sua identidade ancestral, sua luta e suas conquistas serão apresentadas a seguir. Tudo que é discutido neste capítulo partiu da vivência do pesquisador nos três dias em que visitou o local.

A noção e percepção de homogeneidade do grupo não podem ser validadas em plenitude, pois apesar de ser um grupo majoritariamente de pessoas negras, nem todos o são, o mesmo vale para a religião e a cultura (Lima;

Kumble, 2015). Nesse sentido, seria quase impossível determinar, pelas entrevistas realizadas, um pensamento homogêneo entre os kalungas do Engenho II. Mesmo assim, buscou-se nas conversas formalizadas no trabalho analisar aspectos em comum da vida da comunidade, fortalecidas pela vivência e pelos diálogos informais.

Nas conversas formais e informais com os moradores da comunidade, algumas características se mostraram marcantes, como quanto ao ser e perceber-se como quilombola. Notou-se uma ideia de resistência, de ancestralidade, de força, tradição, além de muito orgulho. Por outro lado, alguns dos entrevistados contaram que sofreram e ainda sofrem preconceito e discriminação por motivo de suas origens.

Nas palavras de Safira:

Ser quilombola é sinal de resistência, muita determinação e muito orgulho pelos meus ancestrais terem passado por tantas dificuldades e tantas lutas e conseguirem resistir e nem, até hoje continua não abaixando a cabeça para qualquer coisa, sabe? Estão sempre, tão sempre pronto para a luta. Então, pra mim, é resistência. (*sic*).

Rubi também destacou que apesar de se sentir feliz por ser quilombola se sente discriminado, especialmente com relação a seus direitos que não são totalmente efetivados, embora haja previsão legal e constitucional para tal.

Trata-se, como pode se ver, de uma vida ligada à resistência, à luta, à autodeterminação. O quilombola está sempre alerta a respeito de seus direitos, buscando apoio em sua ancestralidade. Sabe como ninguém da luta que seus antepassados tiveram para conquistas do direito à terra e a sua identidade cultural, buscando preservar essa identidade.

Também se verifica que o Kalunga, por possuir uma estreita ligação com a terra, procura manter a sua forma de subsistência em consonância e parceria com o meio ambiente. Nos dizeres de Malaquita:

A forma de cultivar plantio, é tudo de forma que trabalha em parceria com o meio ambiente, né? Sem destruir o meio ambiente, então isso aí pra mim é importante demais porque a gente tá preservando. (*sic*).

Ser quilombola tem a ver com tradição e é motivo de orgulho para os entrevistados. Arrematando, Diamante assim se expressou “Então hoje eu considero que nós somos Kalungas resistentes, povo forte”.

Sobre o termo “Kalunga” foi explicado que esse surgiu de uma planta natural do cerrado que, segundo contam os moradores da região, enfrentou a malária em tempos em que a doença se espalhou:

Sou Kalunga, nascida e criada na comunidade. Ser kalunga é assim que tem nós assim o kalunga e tem uma pra reforçar o kalunga mais na tradição do pessoal mais véio meu me explicou que tinha uma doença chamada Amarália (Malária) e essa doença matava muitas pessoa, dava dor no corpo, febre e nada de ter remédio pra combater, inté que conseguiu arranjar uma planta que chama Kalunga que deu pra fazer o chá que dessa vez que fez o chá dessa planta que não morreu mais ninguém. Essa planta é da região. Só não aqui da redondeza, dá uns 10 quilômetro daqui. É por causa que a terra daqui é muito frágil né, ela não ambiente pra ela (Esmeralda). (*sic*).

Seguindo o roteiro, os entrevistados foram questionados a respeito das manifestações culturais e se há alguma com significado especial para eles. As manifestações culturais que foram lembradas são relacionadas à fé, tratando-se de manifestações religiosas. Embora hoje, segundo relatos, existam outras religiões importantes na comunidade – com um especial crescimento da religião evangélica – as folias são todas relacionadas à igreja católica.

Nos dias de festejos, a Associação, em decisão tomada ouvindo toda a comunidade, determinou que os atrativos naturais ficariam fechados. Sendo assim, é possível verificar uma situação de valorização da cultura local, pois os turistas são convidados a participar das festas, momento em que podem conhecer e se aproximar mais ainda das histórias e da cultura locais.

Para Diamante, as manifestações culturais significam “coisa boa, porque eu nasci vendo essas tradição” (*sic*). Para ele, significa crescimento e tradição, passada de geração em geração.

Rubi ressaltou que todas as festas são um destaque, por se tratar de uma cultura que remonta as suas raízes ancestrais, sua identidade cultural.

Em concordância, Esmeralda assim comentou:

Nós tem as romaria, tem agosto lá no Vão de Alma, tem setembro no Vão do Moleque e aqui também que nós tem as tradição nossa aqui em julho e setembro também. Ai tem vez que nós tamo de bobeira bate uma ‘sussinha’ brinca uma roda de súcia ali.. é bem legal (*sic*).

Embora as festas sejam de natureza religiosa católica, há uma manutenção da tradição africana de se celebrar a dança da súcia.

Para Safira, a tradição que mais se destaca na comunidade é a folia de Santo Antônio. De fato, segundo constatado, é a romaria em que mais pessoas visitam a comunidade, entre turistas e quilombolas de outros locais. Conforme explicado anteriormente, as folias são realizadas tanto na comunidade do Engenho II quanto em outras comunidades e, geralmente, todos participam. Em suas palavras:

Aqui, mais tradição mesmo assim, que acho que a comunidade toda em si, é... gosta muito da folia de Santo Antônio. É uma época que mais vem, que vem junta pessoas de outras comunidades, toda a comunidade se reúne também que tem a folia de Santo Antonio e o arremate da folia e no dia do arremate vem muita gente de fora, inclusive até hoje em dia até turista também, sabe? Vem para visitar nossas tradições, para conhecer um pouco das nossas tradições. Então assim, eu acho que é a mais tradicional, a mais importante. Acho que talvez por ser férias, junta mais pessoas, então parece que a comunidade reúne mais os familiares. (*sic*).

Para Malaquita:

Tem um calendário.. tem umas festas que acontecem no Vão do Moleque no mês de setembro, né? Uma romaria.. é uma festa muito boa, aí tem também na região do Vão do Moleque só que já é nas Salinas, só que é no mês de julho. Tem vários.. No vão de almas tem no mês de agosto, tem várias romarias assim que o pessoal vai muito turista, tá indo muito turista agora pra visitar também. Antigamente não tinha quase, mas agora o pessoal tá indo visitar as romarias. [...] Tem a súcia também, folia. É uma mistura. [...] Pessoal tem ido bastante visitar. Lá no Vão do Moleque mesmo, que é a região mais afastada assim da cidade, daqui lá deve dar uns 140 quilômetros mais ou menos, estrada de chão e tem bastante gente na época da festa, mês de setembro. (sic).

Percebeu-se, pois, a importância de as manifestações culturais serem passadas de geração em geração para que as memórias, tanto de lutas quanto de conquistas, não sejam perdidas. Turquesa emocionou-se ao descrever a sua participação nas manifestações:

Sou de uma família de donos de santo, minha família é donos do santo lá da festa do vão do moleque, que ocorre entre os dias 4 e 17 de setembro e eu cresci nessa cultura de ir todos os anos e tá mesmo bem ligada na cultura eu gosto muito dessa lá, eu vou nas outras também, acho maravilhosas, mas a que eu sempre vou nessa, também por ter crescido lá dentro, né? Me sinto fazendo parte da história. (sic).

Outro ponto questionado aos entrevistados, ainda no campo cultural, foi a respeito de outras tradições, como o uso de remédios tradicionais. Para Diamante e Esmeralda, é importante que se mantenham as tradições relacionadas ao uso de medicamentos tradicionais, embora utilizem, também, os fármacos.

A valorização da cultura, segundo eles, pode ser feita de diversas formas. Hoje, percebe-se a cultura também como um atrativo aos que visitam a região. Safira e Esmeralda comentaram a respeito da possibilidade de criação de um Museu com peças históricas e que apresentasse um pouco da cultura local.

O papel da cultura, nesse contexto, está relacionado à experiência cultural do visitante, não necessariamente em um aspecto único da cultura kalunga, mas

a busca por uma experiência ampla sobre cultura afro-brasileira e resistência quilombola, reservando uma parcela de sua visita à interação e diálogos com a comunidade enquanto grupo étnico (Lima; Kumble, 2015).

O que se percebeu também foi uma grande preocupação com as futuras gerações e com a forma como as expressões culturais devem ser passadas e continuadas. Para Esmeralda:

Pra valorizar inda mais, assim, não pode é deixar acabar. Porque tem muito, os véi tá acabando e os jovem tá deixando muito a desejar pra deixar acabar ai quando não tiver mais os mais véi ai os mais novo não interessar pode acabar a cultura. (*sic*).

Almeida (2009) afirma que a comunidade kalunga sempre buscou melhores condições de vida, além da preocupação na manutenção de suas tradições, identidade e cultura.

O aumento na divulgação também foi comentado como um fator que poderia atrair ainda mais os turistas para a região e, conseqüentemente, melhorar o fomento de políticas públicas e privadas na região.

Eu acho que ser mais divulgado e também quando vai passando de geração em geração a cultura vai meio que perdendo assim na história, vai mudando muita coisa que antes tinha e hoje em dia não tem mais, muitas coisas que as pessoas sabiam fazer e hoje em dia não sabe mais, como a súa por exemplo, aquelas pessoas mais velhas sabem, as mais novas não sabem mais dançar súa. O museu seria interessante pra contar toda aquela história do que passou do que acontece, porque muitas vezes acontece as coisas e as coisas 'fica' oculta ali e um museu seria interessante, eu acho. (*sic*).

Malaquita também lembrou a importância do papel da Associação:

A questão da divulgação é mais importante porque através da divulgação vem gente cada vez mais longe. É igual os atrativos, antigamente não vinha tanta gente assim. Mas a questão da Santa Bárbara, começou a divulgar, trabalhou pesado na divulgação e vem

gente do Brasil todo, né? Pra visitar a cachoeira. [...] A associação teve um papel importante eles trabalharam bastante. (*sic*).

No tocante ao turismo exercido na comunidade, visou-se entender se o turismo representa o Kalunga, se ele percebe o turismo como um vetor de desenvolvimento, se o turismo traz benefícios ou malefícios, se o turismo que hoje é exercido na comunidade é mais voltado aos aspectos culturais ou aos atrativos da natureza.

Com relação ao tipo de turismo, observou-se que tanto o turismo cultural quanto o turismo de atrativos são explorados na comunidade. Ouro, que trabalha no Centro de Apoio ao Turismo do Município de Cavalcante, informou que os turistas se dividem entre aqueles que optam pelos atrativos e aqueles que preferem conhecer apenas a comunidade.

Sobre o turismo cultural, Turquesa, que trabalha em um comércio no município disse que:

[...] muitas vezes a gente vê pessoas querendo conhecer mesmo, querendo entender né como que funciona direitinho, interessado mesmo em conhecer a cultura.. eu acho isso muito assim, muito legal né? Que abrange mais a cultura. Aqui por exemplo onde eu trabalho, chega muita gente perguntando como funciona, as vezes a gente começa a falar e os olhinhos das pessoas chega brilham, nem em época né? Eles perguntam mesmo, as vezes nem vai, mas tem curiosidade de entender como funciona, como a comunidade mesmo funciona de modo geral. (*sic*).

A informação foi confirmada por todos os entrevistados, demonstrando que hoje o turismo tem várias facetas no Engenho II. Safira disse que há turistas que vão até a comunidade apenas para almoçar, apreciando a culinária local. Para todos os entrevistados, o turismo os representa e os turistas são – em sua grande maioria – respeitosos.

O guia turístico Diamante assim descreveu a sua experiência:

O turismo pra mim tá de boa, só, hoje tá menos pessoas, porque depois da pandemia para cá, não tá vendo como era antes, 2017, mas agora ele vai crescendo. O turismo pra mim ele é bem representado e é bem também bem explicado nas associação como você trabalha com o turismo e aquela história que eu te falei talvez o turista não entende nossa língua ele tem que aprender com nós não nós aprender com quem vem de lá. Se o turismo cresce mais na comunidade ocê vai ter mais uma renda. Talvez tenha um turista que ele quer vim aqui e quer ir ali na sua roça de mandioca ele tira uma foto e ocê só vai crescendo na cultura. Talvez ele tira a foto da apresentação da folia da sussa e cada vez você vai crescendo. *(sic)*.

Segundo ele, a comunidade toda se beneficia com a atividade turística, desde a guiagem, que é feita, desde 2020, por um condutor local, até os restaurantes visitados e a lojinha que vende os produtos plantados no próprio quilombo.

Hoje a comunidade Engenho Il aqui, hoje ela tá assim mais evoluída, primeiramente o turismo. Porque o turismo ele deixa muita renda. Basta a renda nossa de nós guia que nós ganha. Os restaurante. A lojinha ali que eu vou te mostrar agora. Porque a lojinha ali é o seguinte: se cada pessoa põe ali, quanto mais produto nós põe mais renda cê vai tê e quem põe menos, menos renda ele tem. Se eu, vamos supor, eu por 20 pacote de farinha, cada mês eu por vinte quando for no final do ano eu vou ter mais renda. Quem coloca é os próprio Kalunga. Uns põe o chip de banana, mamão desidratado, tipo de mandioca de tudo que cê por na lojinha, cê vai ver lá quando a gente entrar lá. *(sic)*.

Observou-se que o turismo, apesar de não ser a única renda ou até mesmo, em alguns casos, a principal, torna-se um importante meio de complemento de renda para a população. Segundo os entrevistados, o turismo provê emprego e renda, para além da atividade turística propriamente dita.

A fala de Safira a respeito da atividade turística chamou a atenção. Para ela, e concorda-se plenamente com a sua afirmação no presente trabalho, o turismo precisa representar o quilombola, tratá-lo com respeito, como sujeito ativo e participativo:

Chegam aqui e querem que seja do jeito deles e a gente não permite isso. A gente quer trabalhar sim com o turismo dentro da nossa comunidade, mas que a gente, que continue, que seja do nosso jeito, sabe? Para a gente não perder as nossas tradições, para a gente não sair fora da nossa realidade. (sic).

A afirmação de Safira tem um peso muito forte para essa pesquisa. Isso porque a ideia do turismo de base comunitária é justamente essa que, para além do turismo cultural, ele seja ético e respeite os limites e as tradições da comunidade receptora, colocando-a em posição central em todas as etapas do processo.

O envolvimento da comunidade nas ações bem como no desenvolvimento de políticas, sejam públicas ou privadas, ligando os moradores a projetos relacionados ao turismo pode contribuir para a gestão e manutenção dos recursos. Essa forma de pensar o planejamento turístico – característica essencial do TBC – ajuda o desenvolvimento genuíno da comunidade, fomentando e dinamizando a atividade no território (Lima; Kumble, 2015).

Safira acredita que a união da comunidade é um fator determinante para o seu desenvolvimento:

Até hoje, o turismo o que mais fez para a gente foi melhoras, melhoras, porque antigamente era muito difícil, por exemplo para ir daqui para Cavalcante.. é... vinte e sete quilômetros era a pé ou a cavalo, não tinha estrada de carro, não tinha nada. Era isso o jeito para ir. Tinha muita mortalidade, essas coisas, sem saber o motivo. As vezes não dava tempo, não tinha socorro, para a gente ir para a cidade e até mesmo aqui. Hoje em dia a gente já tem um postinho de saúde que funciona aqui uma vez por semana, já dá para fazer os primeiros atendimentos.. é.. tem a Associação Comunitária aqui interna nossa que ajuda a desenvolver mais, melhorou também bastante nisso. Já tem carro próprio que consegue levar para a cidade ou para Campos Belos, uma cidade que tem melhoras em saúde, sabe? E.. eu creio que cada vez mais vai melhorar, se a gente fazer da maneira certa, continuar trabalhando, ser unido, né? Porque aqui, todo mundo é parente, né? Que a gente continua com esse laço de parentesco e amizade para que tudo dê certo futuramente e continua melhorando cada vez mais. (sic).

O Kalunga, da forma como o turismo é explorado, consegue participar da atividade de maneira ativa. Malaquita arrematou:

Sim, com certeza. Temos muitos guias kalunga né, na região e assim, igual cê falou eles contam a história deles, da região, é importante demais um guia que conhece mesmo o local, um guia que nasceu e foi criado na região né, porque ele né, ele consegue passar a história ao pé da letra, né, em detalhe, alguma coisa que ele viveu.

Os mais velhos se preocupam com questões relacionadas à titulação das terras e ao processo de demarcação e regularização que é lento e marcado por dificuldades e sacrifício, os entrevistados se sentiram desamparados com relação à participação do poder público, mas esperançosos com relação a parcerias, que já são realizadas na comunidade.

Segundo relatos, o maior problema enfrentado pelo quilombo como um todo é a questão da terra – o que caminha lado a lado com a constatação da importância da terra para o Kalunga – pois acaba por gerar conflito até mesmo entre comunidades.

Pelas conversas com os kalungueiros da região a respeito do turismo, notou-se que, na percepção deles, esse só trouxe benefícios, agregando valor à comunidade. O que se pode notar na visita é a importância que o Kalunga dá à preservação de sua história e cultura e a vontade de que isso seja repassado para as gerações futuras e também para os turistas que visitam o local.

A criação de um museu é uma possibilidade que inclusive havia passado pelo crivo da Associação, mas que ainda não saiu do papel. A valorização da identidade local passa desde a criação de algo que conte a história Kalunga até o manejo sustentável dos atrativos naturais.

Deve-se, pois, permitir que a comunidade esteja sempre no centro do poder político e possa decidir o que é melhor para ela. Essa foi uma questão em que os respondentes se identificaram muito.

A identidade local pode ser valorizada de diversas formas, a começar pelo processo de guiagem que, conforme dito, hoje deve ser realizado por um guia

local. Outro ponto que chamou a atenção foram os restaurantes. São sete ao todo, todos fazendo uso de ingredientes plantados e colhidos na própria comunidade. Isso também foi um ponto de concordância entre os respondentes que não desejam que haja um restaurante de fora da comunidade.

A relação íntima dos Kalunga com a terra é bem marcante para os kalungueiros da região. Eles contam que eram expulsos da própria terra antes da demarcação proposta pela Constituinte de 1988, mas que, mesmo com a aprovação desta, ainda tiveram muita luta até conseguirem a efetiva titulação – fato trabalhado em outros capítulos desta dissertação.

A preocupação com o meio ambiente também parece ser um tema recorrente na comunidade. Além do que disse Malaquita a respeito do plantio e da pecuária familiar, os Kalungas mantêm um relacionamento ímpar com o Cerrado e têm consciência de que devem respeitá-lo.

Segundo Ouro, os Kalungas sentem orgulho de poderem ser os guardiões de tão belos atrativos da natureza. A perspectiva com o turismo é das melhores. Esmeralda afirmou que “se manter tudo não ter negócio de chuva pra diminuir o rio, erosão pra secar água a tendência é aumentar...”. (*sic*).

Diamante também manteve as boas perspectivas, inclusive para crescimento e aprimoramento pessoal, algo que foi detectado pelo pesquisador ao conversar com a comunidade. Assim disse:

Eu espero daqui 5 anos eu tá mais evoluído, no caminho que vai tá mais evoluído e até nois próprio kalunga como guia, cê tá mais entendido no serviço turismo, porque cada dia que ocê anda com um grupo cê aprende coisa diferente, a intenção é só de evoluir aí cê vai passando os conhecimento para as própria comunidade quilombola. Tem 7 anos que sou guia registrado, antes eu nem sabia o que que era. Tem 7 anos que eu trabalho com turista, porque turista é o seguinte se só pode guiar depois que cê faz um curso, faz um estágio, conhecer as trilha da cachoeira, porque senão cê vai levar o turista, cê vai perder com ele. (*sic*).

Malaquita, por fim, também se mostrou esperançoso com o futuro da comunidade e, conseqüentemente, com o futuro do município de Cavalcante:

Estamos no caminho certo, com certeza. Eu vejo em um futuro bem próximo um desenvolvimento maior ainda, que tem desenvolvido bastante a região, só que acredito que daqui 5 anos vai estar bem mais evoluído. (*sic*).

Os Kalungas têm uma história de vida muito bonita, marcada por lutas e conquistas. O turismo se mostrou um mecanismo de geração de emprego e renda, podendo ser usado de forma a complementar a vida dos kalungueiros. Formas de valorizar o turismo cultural vão desde a manutenção das tradições até a citada criação de um museu que contasse a história dos quilombolas da região.

O quilombo também oferece local de descanso para os turistas que podem se hospedar dentro da comunidade, para uma imersão maior na cultura local, conforme se observa na figura 27.

Figura 27 – Hospedagem dentro do quilombo, 2024.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Outro ponto bastante ressaltado pelos entrevistados foi a questão da divulgação para que se tenha um fomento maior de políticas públicas e privadas. Como se viu ao longo do trabalho, ao menos por parte do poder público, esse fomento é limitado pelos planos nacionais e regionais de municipalização do turismo.

A comunidade do Engenho II é extremamente organizada politicamente, tendo uma boa presença também nas redes sociais. Vários dos quilombolas que lá nasceram ou foram criados saem para estudar e retornam com novas ideias e melhoram a gestão da comunidade.

A Associação presta um papel fundamental, representando todo o quilombo em audiências públicas, em universidades, palestras... É ela quem traz os debates para as comunidades do quilombo, o que, certamente, contribui para o seu crescimento e sua valorização cultural.

A relação do turismo na comunidade parece sadia, haja vista que todos os entrevistados elogiaram e se sentiram representados pelo turismo que é praticado na comunidade, que já opera em vários tipos de turismo, com um grande foco no turismo cultural, que divide as atenções com o turismo ligado à natureza.

O que foi possível observar no trabalho de campo é que a abertura da comunidade ao turismo trouxe benefícios, na visão dos Kalunga, pois oportunizou emprego e renda aos moradores, mesmo que em forma de complemento à sua vida simples, mas cheia de lutas e conquistas.

Conforme se destacou ao longo do texto, um dos pilares do Turismo de Base Comunitária é o seu caráter ético, que consegue trabalhar com a comunidade receptora como um sujeito de valores, percebendo as suas dificuldades e as suas limitações, auxiliando no seu crescimento e valorizando a sua cultura.

CONCLUSÃO

A comunidade Kalunga do Engenho II emerge como um exemplo de turismo de base comunitária (TBC), onde as características singulares da região, sua rica herança cultural e a localização estratégica convergem para formar um destino turístico significativo. Ao longo do estudo, as complexidades e promessas que o TBC oferece foram examinadas, assim como os desafios e as oportunidades que surgem da interseção entre turismo e preservação cultural.

O TBC na comunidade Kalunga transcende a simples exploração do potencial turístico da região. Em vez disso, torna-se uma força motriz para a inclusão social e o empoderamento das comunidades locais. A participação ativa da comunidade em todas as fases do desenvolvimento turístico - desde o planejamento até a implementação e a gestão - garante que os benefícios sejam compartilhados de forma equitativa e que a preservação da identidade cultural seja colocada no centro das preocupações.

Não podem ser ignorados, todavia, alguns obstáculos que o TBC enfrenta. O racismo estrutural e a fetichização racial no turismo cultural representam desafios significativos que precisam ser enfrentados. É imperativo que as comunidades negras, como a Kalunga, tenham controle sobre suas próprias narrativas e sejam capacitadas para recontar suas histórias sem serem reduzidas a estereótipos ou objetos de exploração.

Uma abordagem ética é fundamental para o sucesso do TBC na comunidade Kalunga. Isso implica não apenas na preservação do meio ambiente e das tradições culturais, mas também na promoção de uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos e sociais do turismo.

Ao promover o desenvolvimento socioeconômico, a preservação cultural, fortalecendo a luta contra o racismo estrutural, o TBC na comunidade Kalunga representa não apenas uma alternativa viável para o turismo convencional, mas também uma ferramenta poderosa para a transformação social e o empoderamento das comunidades locais.

O protagonismo da comunidade receptora é condição essencial para que o TBC possa ser implementado, garantindo a continuação e valorização cultural.

Após a visita na comunidade Kalunga do Engenho II e uma análise aprofundada das experiências compartilhadas pelos kalungueiros, restou claro que a identidade quilombola é marcada por uma forte conexão com a terra, uma resiliência histórica e um profundo orgulho por suas raízes culturais, sendo a resistência uma característica intrínseca e extremamente marcante nesse povo.

O turismo surge como uma via de desenvolvimento econômico e social para a comunidade, proporcionando não apenas uma fonte de renda adicional, mas também a valorização e preservação da cultura local. Contudo, é essencial que o turismo seja conduzido de maneira ética e respeitosa, priorizando a participação ativa dos Kalunga em todas as fases do processo e garantindo a preservação de suas tradições.

A comunidade demonstra senso de união e determinação para enfrentar os desafios atuais e futuros, buscando o fortalecimento de sua identidade e melhoria das suas condições de vida. É fundamental que os esforços para promover o desenvolvimento da comunidade Kalunga sejam pautados pelo respeito à sua história, cultura e valores, visando sempre o bem-estar e a autonomia de seus membros.

Pelo que se pode observar no trabalho de campo, o turismo é um importante vetor de renda para a comunidade. Além disso, os kalungueiros e kalungueiras entrevistados destacaram que a comunidade é ouvida nas decisões a respeito da forma de implementação do turismo, conceito fundamental ao turismo de base comunitária. Nessa perspectiva, acredita-se que a implementação dessa modalidade de turismo é positiva para a comunidade estudada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Territórios Quilombolas e Conflitos: Comentários Sobre Povos e Comunidades Tradicionais Atingidos por Conflitos de Terra e Atos de Violência no Decorrer de 2009. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombolas e as Novas Etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade Paisagística e Identidades Territoriais e Culturais – Brasil Sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa. **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira. 2010.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Sustentabilidade Cultural e Lugares Turísticos**. In: Anais...VII Encontro Nacional de Turismo de Base Local., 2003, Ilhéus, 2003.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 1, fev 2010. p. 36-63. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/16682>>. Acesso em 07 ago 2021.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Desafios e Possibilidades de Planejar o Turismo Cultural**. In. SEABRA, Giovanni. Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. P. 1551-167.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Etnodesenvolvimento e Turismo nos Kalunga no Nordeste de Goiás**. In: Anais...XIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local, 2014, Juiz de Fora- MG. Turismo, Patrimônio e Identidades., 2014.
- ALMEIDA, Maria Geralda de; BORGES, Raphael de Oliveira. **A Relação do Uso do Solo e Potencial Turístico no Município de Colinas do Sul/GO**. In: Anais...VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local. Curitiba, 2004., 2004, Curitiba: VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local. Curitiba, 2004. (CD-ROM), 2004.
- ALMEIDA, Maria Geralda de; CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Turismo Religioso: A Festa de Nossa Senhora d'Abadia em Niquelândia**. In: Anais...IX Encontro Nacional de Turismo com base local, 2005, Recife. IX Encontro Nacional de Turismo com base local, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda de; SILVA, Anielson Barbosa; CERQUEIRA, A. T. **Leituras Preliminares Sobre as Perspectivas Turísticas em Propriedades Rurais Próximas ao Lago Da Uhe de Serra da Mesa - Goiás**. In: Anais...VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local., 2003, Ilhéus. Anais do VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Ilhéus, 2003.
- AMORIM, Amanda Moreira de. PAULA, Maria Helena de. Que Foi Falecido e Sepultado: Apontamentos Sobre Registros de Óbito e Sepultamento Goianos do Século XIX. **Linguagens Estudos e Pesquisa**, Catalão, vol. 23, n. 1, pp. 91-109, 2019.
- ANDRADE, Daphne de Emílio Circunde Vieira; TEODORO, Maria Cecília Máximo. A Colonialidade do Poder na Perspectiva da Interseccionalidade de

Raça e Gênero: Análise do Caso Das Empregadas Domésticas no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2 p.564-585, 2020.

ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz; DA SILVA ALVES, Iara Cristina; MOLLO VIEIRA, Patrícia Laundry. Uma Análise Geográfica do Plano de Desenvolvimento Turístico de Cavalcante-Goiás. **Boletim de Geografia**, v. 33, n. 3, p. 31-45, 24 mar. 2016.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. 1996. Quilombos Maranhenses. in REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.) **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

BARBOSA, Otávia Xavier. Ensaio sobre as Investigações e os Investigadores da Temática “Políticas Públicas de Turismo no Cerrado”: Encontro Teórico Preliminar. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 11, n. 25, pp. 268-285, 2022.

BARBOSA, Otávia Xavier; SANTOS, Jean Carlos Vieira. Cafés e turismo nos quintais do centro histórico da Cidade de Goiás. **Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal**, p. 70-89, 2022.

BARRETO, Luiz. A Força do Negro no Empreendedorismo. In: NOGUEIRA, João Carlos. (Org.). **Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-Brasileiro: Desafios Históricos e Perspectivas para o Século XXI**. Ed. Atilênde, Florianópolis, 2015.

BONNEMAISON, Joel. Voyage autor du territoire. **L’espace géographique**. Vol. 4, pp. 249-262, 1981.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo**. / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/cadernos%20roteiros%20do%20brasil%20-%20consolidado.pdf>>. Acesso em 15 set. 2023.

BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes. PENA, Luiz Carlos Spiller. **Desafios do Turismo na Terra de Pretos: Kalungas da Chapada dos Veadeiros**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.) O Território e a Comunidade Kalunga: Quilombolas em Diversos Olhares. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.

BUNCHRAFT, Maria Eugenia; SILVA, Leonardo Rabelo de Matos; MENDONÇA, Gustavo Proença da Silva. Violência contra mulheres quilombolas: uma reflexão sobre a aplicação de uma perspectiva interseccional à luz da ideia de contra públicos subalternos delineada por Fraser. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2 p.359-382, 2020.

CARNEIRO, Sueli. (2004). **Negros de Pele Clara**. Gelédes. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>> Acesso em: 16 out. 2023.

CASTRO, Luciana Luísa Chaves. PINTO, Roque. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.p. 213-226, 2013. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/737>>.

Acesso em 04 out. 2023.

CAVACO, Carminda. Turismo Rural Comunitário (TRC) e desenvolvimento local na América Latina: um olhar europeu. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo (Org). **Turismo Rural: Iniciativas e Inovações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 143-213.

CHAVES, Valéria da Conceição. Turismo de Base Local: Uma Proposta Metodológica. In: **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**. Disponível em: <<https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em 18 de set. 2023.

CORIOLOANO, Luzia Neide. VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Região, Desenvolvimento Regional e Turismo Comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, pp. 95-111, 2013.

COSTA, Nadja Maria Castilho da; COSTA, Vivian Castilho da; MELLO, Flávio Augusto Pereira. (2007). Planejamento de Trilhas no contexto do manejo e gestão do ecoturismo de unidades de conservação urbanas. **OLAM-Ciência & Tecnologia**, 7(3), 115- 136. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5850633/mod_resource/content/1/Costa_Costa_Mello_2007.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de Turismo e Território**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

CUNHA, Aline Moraes. MARTINS, Mayara Roberta. Turismo e Gestão do Compromisso Social: Experiências Brasileiras de Turismo de Base Comunitário (TBC). In: ALVES, Kerley dos Santos. **Diálogos Sociais em Turismo: Elementos Hegemônicos & Contra Hegemônicos**. Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2020.

ENDLICH, Ângela Maria. TEIXEIRA, Juliana Carolina. Turismo de Base Comunitária: Experiências em Pequenas Localidades. **Redes**, v. 27, Santa Cruz do Sul, 2022.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes; Almeida, Maria Geralda.; RAMOS, Laura Marina. Jaime. **Experiências do Turismo Rural Comunitário em Comunidades Quilombolas Kalunga no Nordeste Goiano**. In: Anais...I Congresso Nacional de Turismo Comunitário e VI Simpósio de Turismo Sertanejo, 2012, João Pessoa - PB. I Congresso Nacional de Turismo Comunitário, 2012.

FERREIRA, Rebeca Campos. Laudos Antropológicos, Responsabilidades Sociais: Dilemas do Reconhecimento de Comunidades Remanescentes de Quilombos. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 340–358, 2012. DOI: 10.15448/1984-7289.2012.2.11932. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11932>. Acesso em: 15 maio. 2023.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) – Polo Chapada dos Veadeiros**. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/GOIAS/PDITS_POLO_CHAPADA_DOS_VEADEIROS.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FRASER, Nancy. Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World. New York: **Columbia University Press**, 2009. P. 17.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Rangel Gomes. OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Políticas Públicas para Promoção do Turismo e Suas Repercussões no Território Goiano**. In: GOMES, Ingrid Aparecida. (Org.). A Produção do Conhecimento Geográfico 6. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018.

GOIASTUR. **Observatório do Turismo do Estado de Goiás: Boletim de Dados do Turismo em 2020**. Disponível em: <<https://goias.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 08 set. 2023.

GOIÁS TURISMO. **Mapas Turísticos das Regiões do Estado de Goiás**. 2022. Disponível em: <https://goias.gov.br/turismo/mapas/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma História do Campesinato Negro no Brasil**. 1ª ed. 3ª Reimpressão. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Laurentino. **Escravidão – Volume 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. 1 ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para Todo Mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. (2019). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, 41. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 13 out. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Base Cartográfica – Municípios**. Brasília. 2022. Disponível em: <http://www.sieg.gov.br/siegdownloads/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Base Cartográfica – Municípios**. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Bases Cartográficas Contínuas – Brasil**. 2022. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html>. Acesso em: 22 mar 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2022: Quilombolas – Primeiros Resultados do Universo**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>>. Acesso em 13 mar. 2024.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Coordenação Geral de Observação da Terra. PRODES – **Incremento anual de área desmatada no Cerrado Brasileiro**. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/cerrado>. Acesso em 16 de set. 2023.

KLINK, Carlos Augusto. MACHADO, Ricardo Bonfim. A Conservação do Cerrado Brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, p.p. 147-155, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. **Etnografia**, Vol. IV (2), 2.000, pp. 333-354.

LIMA, Ismar Borges de; KUMBLE, Peter. Intervenções Etnoterritoriais e Sociais: os avanços no desenvolvimento comunitário kalunga com o (eco) turismo. In: O território e as comunidades Kalunga: quilombolas em diversos olhares – Maria Geralda de Almeida (org.) – Goiânia: **Gráfica, UFG**, 2015. 329p.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a Dialética Marxista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARINHO, Thais Alves. **Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque**. DISSERTAÇÃO. Universidade Federal de Goiás, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Veneta, 2014.

MELO, Sandro Cristiano de. VILELA, Benjamim Pereira. **O Cerrado no Tempo da Pressa e a Educação Ambiental na Preservação de Saberes Resistenciais**. In: LUNAS, Divina Aparecida Leonel. XAVIER, Glauber Lopes. Luz, Janes Socorro da. (Org.) Cerrado: Projetos Políticos, Atores Socais e Dinâmicas do Território. Anápolis: Editora UEG, 2015.

MILES, Tshombes. Reflecting on the legacy of Brazilian slavery and reimaging Afro-Brazilian agency. **History Compass**. 2019; 17:e12514. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/hic3.12514>>. Acesso em 02 mai. 2023.

MIRANDA, Amli Paula Martins de; NETTO, Luiz da Rosa Garcia. Turismo de Aventura e Ecoturismo na Região da Bodoquena: Internet e Planejamento. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo**, Caxias do Sul, n. 1, Jul/dez 2010. Vol. 2, pp. 89-98.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. 2023. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado.html>>. Acesso em 25 out. 2023.

MONEGO, Estelamaris Tronco; CORDEIRO, Mariana de Moraes; MARTINS, Karine Anusca. Quilombolas de Goiás: a invisibilidade da insegurança alimentar

aliada ao excesso de peso. In: O território e as comunidades Kalunga: quilombolas em diversos olhares – Maria Geralda de Almeida (org.) – Goiânia: **Gráfica, UFG**, 2015. 329p.

MORAES, Edilaine Albertino. IRVING, Marta de Azevedo. Nos Rastros do Turismo de Base Comunitária no Brasil: Diálogos e Conexões Sociais na Construção de Alternativas Contra-Hegemônicas. In: ALVES, Kerley dos Santos. **Diálogos Sociais em Turismo: Elementos Hegemônicos & Contra Hegemônicos**. Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2020.

MOURA, Clóvis. **História do Negro no Brasil**. São Paulo, Ed.Ática, 1993.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**. São Paulo, v. dez./fe 1995/96, n. 28, p. 56-63, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1980.

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. **Afro empreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica**. Anais do Seminário de Ciências Sociais - PGCS UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil, 2018).

NEVES, Ciani Sueli das. O Lixo Vai Falar: Racismo, Sexismo e Invisibilidades do Sujeito Negro nas Narrativas de Direitos Humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2 p.124-141, 2020.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. Turismo no Cerrado. **Revista UFG**, Goiânia, n. 9, dezembro 2010, pp. 49-56.

OLIVEIRA, Natália Araujo de. Afro empreendedorismo no Turismo, Desigualdade Racial e Fortalecimento da Identidade Negra. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 9, n.1, p. 42-63, 2021.

PACHECO, Tânia. Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of colour. **Development in Practice**, Volume 18, Number 6, November, 2008, pp. 118-127.

PANAZZOLO, Flávia de Brito. Turismo de Massa: Um Breve Resgate Histórico e a sua Importância no Contexto Atual. In: **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. 2005, Caxias do Sul. Anais do III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, Caxias do Sul, 2005

PEREIRA, Bruno Magnum; ALMEIDA, Maria Geralda de. O Quintal Kalunga Como Lugar e Espaço de Saberes. **GEONORDESTE**, Ano XXII, n.2, pp. 47-64, 2011.

RANGEL, Julia Cristina Abrami. **Educação Ambiental e Ecoturismo: Uma Nova Proposta para a Conservação de Reservatórios**. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2020.

RUDZEWICZ, Laura. **Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural e seu Papel na Conservação dos Ecossistemas Brasileiros**. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, 2006.

RODRIGUES, Walter Hugo de Souza. Desmitificando a sensualidade naturalizada do ébano: Um estudo acerca da objetificação do corpo do homem

negro, **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 267-284, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SANTANA, Elinéia Lima; SANTOS, Jean Carlos Vieira. Lago de São Simão e o Desenvolvimento do Turismo Rural: Uma Nova Atividade Econômica Sustentada pelo Trabalho Familiar. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, 9(6), 2016.

SANTOS, Jean Carlos Vieira; SANTOS, Rossevelt José. **Políticas Públicas de Turismo no Estado de Goiás**. In: Anais...XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2010, Niterói - Rio de Janeiro. Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Niterói - RJ: Clone Carioca Serviços de Multimídia Ltda., 2010. v. Único. p. 01-21.

SANTOS, Jean Carlos Vieira; VONG, Manuel; FONTANA, Rosislene de Fátima. Turismo e Políticas Públicas: Uma Análise Teórica e Comparativa Entre Brasil e Portugal. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2018. DOI: 10.48075/geoq.v11i2.20022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/20022>. Acesso em 22 de out. de 2023.

SANTOS, Rosiane Francisco dos. **Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II: Limites e Possibilidades para o Turismo**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, 99p, 2019.

SANTOS, Sara Alves dos. CHEREM, Luís Felipe Soares. Estrutura Espacial e Temporal das Unidades de Conservação no Cerrado: Heterogeneidade Combinada em Prol da Conservação. **Sociedade e Natureza**: Uberlândia, v. 35, pp. 1-15, 2022.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Os Donos de Negócios no Brasil: Análise por Raça/Cor**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/DN_Ra%C3%A7a_Cor.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SILVA, Débora Cristina Barbosa da; SANTOS, Jean Carlos Vieira. **Engenho Urbano nos Sertões de Goiás: Diversidade e Potencialidade Turística de Base Local**. In: Anais...IX Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo e III Congresso Nacional de Turismo Comunitário, 2015, São Luís - MA. IX Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo e III Congresso Nacional de Turismo Comunitário. São Luís: UFMA, 2015. v. 01. p. 01-12.

SILVA, Marta Correa da; SANTOS, Jean Carlos Vieira. Artesanato, Arte e Cultura Local: Uma Possibilidade de Renda e Desenvolvimento da Atividade Turística. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 60, p. 31–47, 2016. DOI: 10.14393/RCG176003. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/31709>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SIMONETTI, Susy Rodrigues. PORTO, Nailza Pereira. Turismo Comunitário: Da Teoria à Prática Social na Região do Rio Negro (AM). In: ALVES, Kerley dos Santos. **Diálogos Sociais em Turismo**: Elementos Hegemônicos & Contra Hegemônicos. Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2020.

TEIXEIRA, Máisa França. **As Representações Espaciais/Simbólicas e os Sentidos do Lugar**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, 192p, Curitiba, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e valores do Meio Ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

VELLOZO, Júlio César de Oliveira; ALMEIDA, Silvio Luiz de. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial / The pact of all against the slaves in Imperial Brazil. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 2137-2160, set. 2019. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/40640>>. Acesso em: 15 maio 2023.

APÊNDICE A

Entrevista Estruturada / Padronizada

A entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado pela Universidade Estadual de Goiás, por meio do Programa de Pós-graduação: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). O formulário de pesquisa será aplicado pelo mestrando Pedro Almeida Costa à população quilombola do Engenho II.

Eixo “História de Vida”

- a) O que é ser quilombola para você?
- b) O que é ser Kalunga para você?
- c) Se você pudesse contar alguma coisa do seu passado para as pessoas, o que contaria? Tem alguma memória do passado que é muito importante para você?
- d) Quais são as manifestações culturais importantes da comunidade kalunga? Como é a culinária característica? Quais são os remédios tradicionais? Como é a educação quilombola? Qual a religião?
- e) Como você acha que poderíamos mostrar e valorizar essas práticas culturais hoje em dia?

Eixo “História e Prática do Turismo”

- a) Como se iniciou o turismo aqui na comunidade quilombola?
- b) O turismo que acontece aqui na comunidade representa você?
- c) Você já parou para pensar sobre o tipo de turismo que acontece aqui? Se você pudesse escolher, você optaria por apresentar o turismo de aventura ou o turismo cultural?
- d) Como você imagina que poderia ser o turismo ideal para a comunidade?
- e) Você acha que através do turismo poderiam ser desenvolvidos projetos que fortaleçam a sua história e sua cultura?
- f) O que você acha que poderia ser feito para incluir mais da história quilombola no turismo local?
- g) Como o turismo tem influenciado a comunidade?
- h) Por fim, como você imagina a comunidade daqui a 5 anos?